



UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ
CAMPUS UNIVERSITÁRIO DE ANANINDEUA
CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM ENSINO DE GEOGRAFIA

THIAGO JOSÉ BARROS PAIVA

**O QUE HÁ ALÉM DA CERCA? UMA PROPOSTA DE LIVRETO PARA PENSAR
CRITICAMENTE O ESPAÇO AGRÁRIO**

ANANINDEUA – PA

2026

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ
CAMPUS UNIVERSITÁRIO DE ANANINDEUA
CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM ENSINO DE GEOGRAFIA

THIAGO JOSÉ BARROS PAIVA

**O QUE HÁ ALÉM DA CERCA? UMA PROPOSTA DE LIVRETO PARA PENSAR
CRITICAMENTE O ESPAÇO AGRÁRIO**

Monografia apresentada ao Curso de Especialização em Ensino de Geografia, do *Campus* Universitário de Ananindeua da Universidade Federal do Pará para a obtenção do título de Especialista em ensino de Geografia, sob a orientação do Professor Dr. Daniel Araújo Sombra Soares.

ANANINDEUA-PA

2026

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ
CAMPUS UNIVERSITÁRIO DE ANANINDEUA
CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM ENSINO DE GEOGRAFIA

THIAGO JOSÉ BARROS PAIVA

**O QUE HÁ ALÉM DA CERCA? UMA PROPOSTA DE LIVRETO PARA PENSAR
CRITICAMENTE O ESPAÇO AGRÁRIO**

Defesa de TCC de Especialização realizada em 30/03/2026

Conceito: EXCELENTE.

Banca Examinadora:

Prof. Dr. Daniel Araújo Sombra Soares

(Presidente/Orientador)

Prof. Dr. Aluísio Fernandes da Silva Júnior

(Examinador Interno – CEENG / CANAN / UFPA)

Prof.^a Msc. Camila Silva da Cruz

(Examinadora Externa – Secretaria Municipal de Educação de Ananindeua)



UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ
CAMPUS UNIVERSITÁRIO DE ANANINDEUA

CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM ENSINO DE GEOGRAFIA



ATA DE DEFESA DE TCC DE ESPECIALIZAÇÃO

A Comissão Examinadora de Defesa de Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) de Especialização, presidida pelo **Prof. Dr. Daniel Araújo Sombra Soares**, e constituída pelos avaliadores **Prof. Dr. Aluísio Fernandes da Silva Júnior** e **Prof.^a Msc. Camila Silva da Cruz**, reuniu-se no dia 30 de março de 2026, em sala virtual no *Google Meet* (sistema GSUITE/UFPA), às 09:00 horas, para avaliar a Defesa de TCC de **THIAGO JOSÉ BARROS PAIVA**, intitulada “**O QUE HÁ ALÉM DA CERCA? UMA PROPOSTA DE LIVRETO PARA PENSAR CRITICAMENTE O ESPAÇO AGRÁRIO**”. Após explanação da discente e sua arguição pela Comissão Examinadora, o TCC foi avaliado depois que todos os presentes se retiraram. Desta apreciação, a Comissão Examinadora deliberou que o TCC foi **APROVADO** pela Comissão com conceito **EXC**, de acordo com as normas estabelecidas pelo Regimento do Curso.

Ananindeua (PA), 30 de março de 2026.



Documento assinado digitalmente
DANIEL ARAUJO SOMBRA SOARES
Data: 30/03/2026 22:05:15-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Prof. Dr. Daniel Araújo Sombra Soares
Orientador / CEENG / *Campus* Ananindeua / UFPA



Prof. Dr. Aluísio Fernandes da Silva Júnior
Membro da Banca / Ex **pus** Ananindeua / UFPA



Documento assinado digitalmente
CAMILA SILVA DA CRUZ
Data: 30/03/2026 22:12:36-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Prof.^a Msc. Camila Silva da Cruz
Membro da Banca / Examinadora externa / Secretaria Municipal de Educação de Ananindeua



ATA DE DEFESA DE TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO (TCC) Nº 3/2026 - PROFGEO (11.82.13)

(Nº do Protocolo: NÃO PROTOCOLADO)

(Assinado digitalmente em 31/03/2026 14:09)

ALUISIO FERNANDES DA SILVA JUNIOR

PROFESSOR ENS BASICO TECN TECNOLOGICO

CANAN (11.82)

Matrícula: ###283#8

(Assinado digitalmente em 31/03/2026 11:45)

DANIEL ARAUJO SOMBRA SOARES

PROFESSOR DO MAGISTERIO SUPERIOR

CANAN (11.82)

Matrícula: ###056#7

Visualize o documento original em <https://sipac.ufpa.br/documentos/> informando seu número: 3, ano: 2026, tipo: **ATA DE DEFESA DE TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO (TCC)**, data de emissão: 31/03/2026 e o código de verificação: **701957e45f**

AGRADECIMENTOS

A Deus, primeiramente, por ter me fornecido a capacidade de ser resiliente mesmo diante de todas as dificuldades presentes ao longo deste percurso, possibilitando concluir este curso de especialização, mesmo depois de quase uma década da graduação.

A meus pais, Ozélia Brito e José Carlos, que me apoiaram emocionalmente ao longo desta jornada.

Aos meus irmãos, Pedro Gabriel e Luciane, por me ajudarem a distrair um pouco com fofocas e risadas, pois a vida também é feita disso.

Aos meus primos, que quando souberam que eu estava escrevendo uma “historinha” se animaram para ler.

À minha ex-chefa, a professora Edilene e seu marido Brito, que me proporcionaram a primeira experiência, a qual eu pude me sentir professor pela primeira vez, ao me contratarem para trabalhar geografia com um monte de adolescente.

Aos meus ex-alunos, que já são discentes da UFPA, que me pediram um livreto autografado.

A meus professores, do ensino básico que aceitaram participar dessa pesquisa e gastaram um pouco do seu tempo lendo o livreto e respondendo ao questionário.

Aos amigos que fiz ao longo do curso, em especial o Maycon Nascimento e Gabriela Modesto, que quando pensei em desistir de entregar o trabalho, me fizeram mudar de ideia.

A instituição, pois já havia desistido de continuar meus estudos, mas a UFPA, em especial o campus de Ananindeua me acolheu e me deu um novo direcionamento.

E ao professor Daniel Sombra, pela paciência de me aceitar como orientando, mesmo diante da minha teimosia, eventuais sumiços e inadimplência com prazos.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1: Revista Mundo Estranho	32
Figura 2: Livreto “O que existe além da cerca?”	35

LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

BNCC	Base Nacional Comum Curricular
DOMÉ	De Olho No Material Didático
LCP	Liga Dos Camponeses Pobres
LD	Livro Didático
MST	Movimento dos Trabalhadores Sem Terra
PIB	Produto Interno Bruto
PNLD	Programa Nacional do Livro e do Material Didático
TCTs	Temas Contemporâneos Transversais

SUMÁRIO

RESUMO	9
ABSTRACT	10
1. INTRODUÇÃO.....	9
2. REFERENCIAL TEÓRICO	12
2.1 Recursos didáticos: livros didáticos e paradidáticos	12
2.2 A geografia e o espaço agrário.....	16
2.2.1 Os atores do espaço agrário: uma menção ao agronegócio e a agricultura familiar	18
2.3 A geografia agrária à luz das categorias marxistas	22
2.4 Geografia agrária e o ensino	25
3. PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS	29
3.1 Público-alvo.....	29
3.2 A seleção do conteúdo	30
3.2.1 Levantamento bibliográfico e documental	30
3.2.2 Recorte temático	30
3.2.3 Transposição didática	31
3.3Elaboração do produto.....	31
3.3.1 elaboração dos recursos visuais.....	32
3.3.2 Redação e revisão textual	32
3.4 Elaboração o questionário avaliativo.....	33
4. RESULTADOS E DISCUSSÕES	33
4.1 O produto.....	34
4.2 Resultado do questionário	36
5. CONSIDERAÇÕES FINAIS	37
6. REFERENCIAS BIBLIOGRÁFICAS	40
ANEXO A- Questionário	43
ANEXO B- Livreto	47

RESUMO

Este trabalho consiste em um relatório técnico-científico acompanhado da proposta de um livreto voltado para a apresentação do espaço agrário. Essa pesquisa parte da concepção de que através da geografia pode-se compreender a totalidade do espaço como uma construção social. Assim, buscamos com essa produção possibilitar que leitores não especializados e curiosos possam ter acesso a um material bibliográfico que apresente o campo de forma crítica, revelando o que ele representa, o que ele produz e suas contradições. Pois, quando se trata de produções bibliográficas, há uma lacuna, no que tange a uma abordagem acessível do espaço agrário por meio de um viés crítico, onde há uma infinidade de materiais descritivos e carregados de neutralidade. Dessa forma, objetivamos com esta pesquisa a produção de um livreto, constituído de uma abordagem problematizadora que representa o espaço agrário para além de sua paisagem. Como resultado, foi produzido o livreto denominado *O que existe além da cerca? Entendendo o que é o espaço agrário e o que ele representa*, organizado em onze tópicos que ao longo de seu desenvolvimento apresenta e problematiza algumas discussões pertinentes ao campo brasileiro, além de um glossário remissivo para auxílio da leitura. O desenvolvimento desse livreto é uma tentativa de difundir o pensamento crítico para além dos livros complexos, trata-se de um ensaio promovido para apresentar uma reflexão crítica sobre o espaço agrário que pode ser utilizado em qualquer ambiente, seja como uma leitura recreativa, ou como um recurso de apoio ao professor no ensino formal.

Palavras-chaves: Espaço agrário. Geografia crítica. Material bibliográfico.

ABSTRACT

This work consists of a technical-scientific report accompanied by a proposed booklet aimed at presenting agrarian space. This research stems from the concept that geography allows for an understanding of the totality of space as a social construct. Thus, with this production, we seek to enable non-specialized and curious readers to access bibliographic material that presents the field critically, revealing what it represents, what it produces, and its contradictions. For, when it comes to bibliographic productions, there is a gap regarding an accessible approach to agrarian space through a critical lens, where there is an abundance of descriptive and neutral materials. Therefore, with this research, we aim to produce a booklet, consisting of a problematizing approach that represents agrarian space beyond its landscape. As a result, the booklet entitled "O que existe além da cerca?" was produced. Understanding what agrarian space is and what it represents, organized into eleven topics that, throughout its development, present and problematize some discussions pertinent to the Brazilian countryside, in addition to a cross-reference glossary to aid reading. The development of this booklet is an attempt to disseminate critical thinking beyond complex books; it is an essay designed to present a critical reflection on agrarian space that can be used in any environment, whether as recreational reading or as a support resource for teachers in formal education.

Keywords: Agrarian space. Critical geography. Bibliographic material.

1. INTRODUÇÃO

A aquisição de conhecimentos referentes a temática da geografia agrária por intermédio de materiais bibliográficos, ocorre majoritariamente por meio de materiais didáticos (livros didáticos e paradidáticos) que são estruturados e desenvolvidos com a finalidade de serem utilizados no processo de ensino aprendizagem. O que vincula essa forma de abordagem ao ambiente formal de ensino, pois o termo “didático”, querendo ou não, carrega consigo a obrigatoriedade escolar, que afasta os alunos e os interessados no assunto em consultarem o material fora do ambiente escolar.

Assim, compreende-se que é necessário desenvolver materiais bibliográficos voltados a discutir a geografia para além do ambiente formal de ensino. Mas para alcançar tal objetivo é preciso propor uma abordagem alternativa aos livros didáticos e paradidáticos, para que assim possamos difundir o conhecimento geográfico que ultrapasse os limites da escola, por meio de novas propostas metodológicas que tornem a geografia mais atrativa e acessível.

Nesse sentido, propor uma nova metodologia de abordagem visando difundir o debate acerca da geografia agrária contribui, não só para o enriquecimento do debate geográfico mas para a difusão da compreensão do principal óbice ao exercício pleno da cidadania no país, a questão agrária.

Segundo Tavares (2016):

O conhecimento de elementos da Geografia Agrária é algo fundamental para a formação do aluno. Temas como agronegócio, pecuária, produção de alimentos, agrocombustíveis, produção de commodities, estão entre os mais debatidos pela imprensa e pela sociedade, enquanto outros como reforma agrária, agricultura camponesa, movimentos sociais do campo, populações tradicionais, entre outros aspectos importantes da reprodução camponesa, raramente ocupam o interesse da grande mídia, das salas de aula e dos livros didáticos. Por isso, é fundamental proporcionar sobre esses conteúdos um ensino de qualidade, que trabalhe estas temáticas de forma abrangente, capacitando os estudantes a avaliarem essas questões de forma crítica (Tavares, 2016. p 1).

No entanto, difundir essa compreensão de espaço agrário por meio de materiais bibliográficos é uma tarefa desafiadora, pois o acesso a materiais críticos acessíveis é deveras complicado, uma vez que, para acessá-los, é preciso estar no nível superior ou contar com um professor que se reconheça como agente transformador, que realize a transposição didática do referido tema ao nível de formação em que seus alunos se encontram.

Esse impasse é um reflexo da complexidade da abordagem crítica da geografia que se limita a conversar com o público universitário/especializado, deixando de fora os leitores não especializados e os educandos oriundos do ensino básico, que ficam à mercê da disponibilidade do professor em mediar o ensino crítico por meio de um material didático, geralmente, positivista.

Essa escassez de materiais bibliográficos críticos e a predominância de materiais positivistas no âmbito do mercado editorial que aborda a geografia, permeia tanto o mercado editorial recreativo, voltado a literatura infanto juvenil, quanto as obras idealizadas como ferramentas de aprendizagem,

os livros didáticos e paradidáticos, que focam em uma abordagem descritiva e neutra, voltada ao vestibular ou na simples memorização e reprodução do conteúdo que ficou como herança do ensino tradicional.

Assim, diante deste cenário, justificamos o desenvolvimento desta pesquisa como uma nova proposta de abordagem didática, que surge da intenção de preencher uma lacuna editorial, a qual a geografia crítica não faz presente, voltando-se a uma abordagem introdutória da geografia agrária por meio de uma produção crítica acessível direcionada a leitores não especializados. Com o intuito de difundir uma reflexão crítica sobre o espaço agrário para fora da academia, por meio de uma literatura leve e acessível.

A partir disso, objetivamos com este trabalho, desenvolver um material bibliográfico com uma abordagem crítica própria que, diferentemente das obras voltadas aos leitores acadêmicos, abraçasse a comunidade escolar e o público geral, com uma abordagem crítica, simples, leve e cômica. Ademais, considerando este objetivo, entendemos que tomar posse dos fundamentos da geografia crítica para explicar e apresentar o espaço agrário para um novo público, é fundamental para problematizar e esclarecer as contradições socioeconômicas existente neste espaço. Logo, essa proposta não se incube de ser apenas um material educativo, mas uma proposta que possui um objetivo político evidente, contribuir para a transformação da realidade de seu leitor (VIEIRA, 2004).

Somado a isto, entendemos que abordar o espaço geográfico em si, é situá-lo na lógica do capitalismo, e para entendê-lo, é necessário analisar como o capitalismo molda o espaço e suas relações sociais. Dessa forma, para entender o espaço agrário é necessário compreender que “a contradição que move a lógica do capital, é certamente o móvel revelador do desenvolvimento desigual e combinado do campo brasileiro” (OLIVEIRA, 2001, p.16).

Além disso, segundo Oliveira (2001) para entender a lógica conflituosa das relações sociais, na luta por terra, seja ela uma ocupação ou a expropriação, é necessário compreender a tendência do capitalismo em se mundializar, uma vez que a economia brasileira é internacionalizada, fatores externos à política nacional interferem por meio de demanda comercial, na estrutura fundiária do campo brasileiro.

No entanto, para auxiliar o leitor no entendimento de toda essa conjuntura complexa que cerca o estudo do espaço agrário é preciso realizar uma transposição didática eficiente, que sintetize e torne acessível o conteúdo abordado sem que ele perca seu rigor técnico-científico e sua honestidade intelectual.

Nesse sentido, ensinar o que é o espaço agrário, por meio da geografia agrária, através de um material bibliográfico crítico, é ir além da descrição dos tipos de produção agrícola, do estilo de vida, dos tamanhos da propriedade e da distinção do tipo de cultura. É uma tarefa complexa, que consistem

em apresentação o espaço como um reflexo das contradições do modo de produção capitalista que se materializam no campo brasileiro de forma desigual.

2. REFERENCIAL TEÓRICO

Objetivando produzir um material bibliográfico voltado ao ensino de geografia agrária, estruturamos a fundamentação teórica em quatro discussões que se mostraram fundamentais para o alcance desse objetivo: o que são os recursos didáticos; a geografia e o espaço agrário; a geografia agrária à luz das categorias marxistas; a geografia agrária e o ensino.

A primeira discussão, baseada nos recursos didáticos, almeja promover uma reflexão acerca do que é o material didático, dando ênfase nos conceitos de livro didático e paradidático, com intuito de compreender seus respectivos papéis no processo de ensino e aprendizagem. No entanto, ressalta-se que esta discussão não busca comparar ou discutir a eficácia de ambos recursos, mas compreender o que esses recursos representam.

Na segunda discussão, o foco da abordagem se dá sobre a geografia agrária e seu objeto de estudo, a qual nós nos concentramos em conceitualizá-los e compreendê-los, enquanto disciplina, por meio da sua história. A partir disso, aprofundamos essa discussão abordando dois atores deste espaço: o agronegócio e o agricultor familiar.

Na terceira discussão, desenvolveu-se uma reflexão quanto ao uso das categorias marxistas na análise do espaço geográfico. Dando ênfase na sua utilização como categoria de análise do espaço em conjunto da geografia, nos permitindo analisar o desenvolvimento do capital no espaço agrário brasileiro.

Por fim, na última etapa, discutimos a abordagem da geografia agrária no ensino, almejando compreender como esta é trabalhada nos livros didáticos e em sala de aula, com o intuito de identificar suas lacunas e as possibilidades que possam ser preenchidas com uma nova proposta didática.

Ademais, embora a elaboração deste material bibliográfico não se destine exclusivamente ao ambiente escolar, sua produção foi concebida para dialogar com o público geral, mantendo, contudo, a possibilidade de seu uso enquanto material de apoio em diferentes contextos educativos, a depender do planejamento do professor interessado.

2.1 Recursos didáticos: livros didáticos e paradidáticos

O processo de elaboração de um material bibliográfico voltado ao ensino perpassa pela discussão se sua concepção resultará em um material didático ou não. Visto que, nem todo recurso desenvolvido para este fim é necessariamente um material didático, pois é por meio da intencionalidade pedagógica que o professor significa um recurso como ferramenta didática no processo educativo, a título de exemplo: uma revista de divulgação científica.

A partir desta premissa, adotamos a concepção de recurso didático em Souza (2007) que considera que toda ferramenta utilizada no processo de ensino-aprendizagem pode ser tida como um recurso didático. Logo, um filme, um jogo, um quadrinho ou uma revista pode ser considerado um

recurso didático, desde que seja utilizado com propósito educacional, entretanto, isso não implica que todo recurso utilizado no processo de ensino aprendizagem seja um material didático.

Portanto, qualquer material, circunstancialmente, pode assumir o papel de um recurso didático, independentemente de sua origem ou propósito originário, basta este ser utilizado como meio pelo qual o professor ensina algum tema correspondente a um conteúdo específico. No entanto, isso não o transforma em um material didático, visto que para ser tido como um é necessário ser idealizado, desde seu planejamento, como uma obra voltada a ser um material escolar.

Assim como apontam Pevorato e Amaral (2023), ao abordar uma classificação sobre livro didático a partir de Bittencourt (1996), onde se pode interpretar que um livro utilizado em sala não se torna um livro didático apenas por estar sendo instrumentalizado no ato educacional, como um recurso didático. Para ser classificado como um livro didático é necessário ser idealizado e concebido, desde seu planejamento, como uma obra direcionada ao uso escolar.

Dessa forma, é possível fazer a distinção do que é um recurso didático para um material didático, sendo estes respectivamente: qualquer objeto ou meio pelo qual o professor aplica uma estratégia didática e qualquer um material elaborado intencionalmente para fins pedagógicos.

Dentre os materiais didáticos, o principal é o livro didático, que pode ser compreendido como uma ferramenta que sistematiza e reorganiza o saber acadêmico para o saber escolar, no processo de explicitação curricular (Bittencourt, 1997). Sua centralidade enquanto recurso didático se dá pela acessibilidade, padronização e praticidade, além dos fatores históricos e políticos que o tornaram um dos pilares do processo de ensino aprendizagem.

Sobre a origem desse recurso, pode-se afirmar que:

[...] está intrinsecamente ligada ao poder instituído, principalmente pelo Estado e pela Igreja, que atuaram como principais agentes na formulação de projetos educacionais durante o período colonial e as décadas seguintes. O livro não foi apenas um veículo de transmissão de conhecimento, mas também um instrumento de controle cultural e ideológico, refletindo as disputas políticas e sociais da época. (Bittencourt, 1993 *Apud* Furtado, 2025)

Portanto, em sua gênese, o livro didático surgiu como uma ferramenta educativa e disciplinadora, a qual sua utilidade estivera atrelada ao cenário político-ideológico que o instrumentalizava como uma ferramenta de controle. Tornando-o inquestionável, como um alicerce central no ato educacional, norteando a condução da aula e limitando a autonomia didática do professor.

Contudo, no cenário atual, diferentemente de como ocorrerá no período apontado pelos autores, a produção do livro didático pelas editoras é regulamentada e orientada pelo estado, por meio da Programa Nacional do Livro e do Material didático (PNLD).

Sobre o papel desta política pública, nós podemos afirmar que:

O Programa Nacional do Livro e do Material Didático (PNLD) é o meio pelo qual, atualmente, o governo federal avalia obras didáticas, pedagógicas e literárias de forma regular e sistemática e distribui às escolas de educação básica das redes federal, estaduais, municipais

e distritais e instituições da educação infantil comunitárias, confessionais ou filantrópicas conveniadas com o poder público (Corrêa; Doro 2023, p 3).

Em síntese, pode-se interpretar a partir do exposto que: o governo por meio da PNLD, deu ao professor a autonomia didática, democratizou o acesso aos materiais didáticos, mas ao mesmo tempo criou uma forma de selecionar os materiais mais alinhados ao seu plano de governo. O que nos induz a pensar na possibilidade desses recursos serem instrumentalizado para além do ensino, a modo de suavizar ou invisibilizar conteúdos a depender da editora ou do próprio plano de governo.

Que dialoga com Pinheiro (2022) ao citar a autora Maria Adalgiza Albuquerque que argumenta “que é por meio do livro didático que a sociedade, uma parcela dela, estabelece o que deve ser lembrado e o que é realmente importante de conhecermos em determinado período” (Pinheiro, 2022, p.3). Assim, estabelecendo uma problemática quanto a produção e elaboração de materiais didáticos, em vista da seleção do que deve ser abordado ou ocultado (Pinheiro, 2022, p.3).

Por fim o livro didático pode ser definido como:

um material, impresso ou digital, concebido e editado com o objetivo de contribuir com os processos educacionais de ensino e de aprendizagem, composto por saberes de certo componente curricular ou área de conhecimento, propostos a partir das prescrições curriculares oficiais em vigência no momento de sua elaboração. Tais saberes são dispostos nos LD [livros didáticos] a partir de ideias e conceitos, bem como por meio de atividades, as quais se espera que possibilitem aos alunos aplicações dos tópicos discutidos previamente (ou não) e também envolvimento em vivências de investigações que vão além do que é proposto no material. Ainda, o LD não é produzido de forma neutra, possuindo uma ideologia que o suporta, assim como é um meio de disseminação de valores e crenças de uma determinada cultura, situado em certo período histórico (Amaral *et al.*, 2022, p. 30).

Portanto, o livro didático não pode ser reduzido a um instrumento voltado exclusivamente ao processo e ensino aprendizagem, deve-se levar em consideração a intencionalidade de sua concepção, pois, este material carrega consigo valores ideológicos, religiosos, políticos, morais, cívicos, de gênero e étnico. Portanto, dependendo da forma que foi sistematizado e editado, o livro didático pode se tornar um instrumento de alienação político-ideológico, por meio da ênfase a determinados temas em detrimento a suavização de outros (Munakata, 2016).

Nesse sentido, estudos sobre livros didáticos de Geografia demonstram que essas obras não apresentam uma única concepção de geografia, mas articulam diferentes abordagens teórico-metodológicas, como a geografia crítica, humanística e tradicional, o que influencia diretamente a forma como os conteúdos são apresentados aos alunos e como a realidade socioespacial é interpretada (Sombra; Quaresma; Castro, 2015).

Logo, conclui-se que o livro didático é muito mais que um recurso de apoio ao ato educacional, ele é um instrumento poderoso que carrega consigo valores políticos dos autores, dos editores e do estado. Portanto, idealizar e elaborar um referencial bibliográfico sistematizado destinado a prática didática em sala de aula, não se resume a organização dos conteúdos de forma sequencial e coerente

ou mesmo em uma abordagem clara do conteúdo, mas na conciliação de todos esses fatores confluindo em uma produção pedagógica intencional, pensada para orientar o ato educacional e estruturar o processo de ensino aprendizagem, considerando, ainda, a intencionalidade ideológica da produção.

No entanto, mesmo sendo sistematizado com o propósito de ser uma ferramenta de apoio a didática do professor. O livro didático ainda se demonstra insuficiente, por ser uma ferramenta muito rígida, capaz de engessar o processo de ensino-aprendizagem a metodologias de abordagens contidas no manual do livro, levando o educador a buscar auxílio de outros recursos e de alternativas metodológicas, como forma de compensação.

Todavia, mesmo com a infinidade de possibilidades didáticas quanto ao uso de metodologias ativas e ferramentas de apoio no processo de ensino aprendizagem. O professor precisa lidar com a limitação do tempo, a falta de infraestrutura da escola e com a indisciplina dos alunos que, por vezes, limitam-no ao uso irrestrito do livro didático como guia de aula.

Entretanto, cabe observar que parte dos docentes contorna esses obstáculos com a utilização de materiais complementares, como os livros paradidáticos, às vezes desenvolvidos pela própria editora do livro didático, que só acrescentam uma temática transversal contida nos Temas Contemporâneos Transversais (TCTs), ou por meio da elaboração de uma apostila que acompanha uma bateria de exercício, que funciona com uma forma de revisão do conteúdo abordado em sala.

Sobre a utilização desses recursos, cabe destacar os livros paradidáticos, que se originaram no Brasil por meio da editora Ática nos anos 70, em um período que o mercado editorial se expandia com a venda de livros voltados ao uso escolar. Nesse cenário a editora produziu obras literárias destinadas a disciplina de Língua portuguesa, as quais acompanhavam um suplemento de atividades para os alunos e outro destinado aos docentes, contendo as respostas e orientação metodológicas e didáticas, semelhante ao manual do professor contido nos livros didáticos, objetivando incentivar o hábito de ler aos educandos, por meio de diferentes obras e autores (Ferreira; Melo, 2006 *apud* Campello; Da Silva, 2018).

Logo, podemos considerar que o livro paradidático é produto da confluência das demandas comerciais com as necessidades educacionais. A qual sua existência está atrelada a uma necessidade do mercado editorial em ampliar seu mercado consumidor, vendendo incentivos a leitura por meio de um recurso didático mais flexivo que o livro didático, colocando-se como um recurso complementar ao livro didático, com um propósito basilar semelhante, ser um instrumento didático no ato educacional.

Por fim, a partir desse exposto, podemos definir que ambos recursos didáticos são produtos culturais desenvolvidos pelo mercado editorial como instrumentos carregados de intencionalidade, os quais objetivam ser um material didático, isto é, apoiar a didática do professor. Não cabendo a eles,

nortear ou limitar o processo de ensino aprendizagem, mas sim ofertar subsídios ao professor para auxiliá-lo na construção do conhecimento junto aos educandos.

2.2 A geografia e o espaço agrário

A geografia, enquanto ciência, tem como um dos seus objetivos a compreensão do espaço geográfico, sendo este podendo ser compreendido como produto das relações sociais e da relação da sociedade com a natureza, sendo simultaneamente o fator que influencia nas mesmas relações que o constituíram (Alves, 1999).

Nesse sentido, podemos classificá-la como uma ciência socioespacial, que permite ao pesquisador uma análise geográfica de um determinado espaço, das relações sociais que ocorrem nesse espaço e das relações sociais responsáveis pela construção deste espaço. Fazendo desta, uma ciência dinâmica que possui um objeto de estudo mutável, que se refaz enquanto o ser humano se faz um ser social (Kaercher 1996).

Logo, defini-la por meio de uma fragmentação física ou humana seria um equívoco, uma vez que a geografia é uma ciência que integra conhecimentos de diversas áreas para compreender o espaço em sua totalidade, como um resultado da relação dialética do homem com a natureza. Mas para conseguir realizar uma análise concisa da complexidade do espaço, esta ciência organiza seu estudo em blocos temáticos que se relacionam entre si, entre eles a geografia agrária, responsável pelo estudo do espaço agrário.

Segundo Feliciano (2019) a geografia agrária é uma disciplina que reúne:

dimensões analíticas sobre as formações econômicas; os tipos de paisagem agrícola; a distribuição dos produtos do campo; as condições do meio, especialmente do solo; o regime de propriedade; as relações de produção; sistemas de produção; exploração agrícola, dentre outras. Sua importância e função consistem, muito mais, em interpretar do que descrever as nuances e os desdobramentos nas transformações do mundo agrícola (Feliciano, 2019. p 33.)

O autor prossegue definindo a geografia agrária por meio de Valverde (1964):

é preferível [...] definir a Geografia Agrária como o estudo descritivo das diferenças espaciais da superfície da terra, do ponto de vista da exploração agrícola e a interpretação de suas causas”. No bojo de sua metodologia serão estudadas as influências do meio natural sobre a diversificação agrícola ao analisar as condições do solo, relevo, abastecimento de água, do clima e da vegetação. “A Geografia Agrária estuda os sistemas de produção de determinadas espécies animais e vegetais geneticamente vinculados à flora e à fauna existentes (Valverde, 1964, p. 21 *apud*. Feliciano, 2019.p 35).

Sobre o desenvolvimento da geografia agrária, Denez e Farjado (2011) explicam que ela surgiu por meio de cronistas e comerciantes que descreviam o rural por meio e obras literárias, a qual só passou a ser uma disciplina após metade do século XX, especialmente com Pierre Monbeig que trouxe para o Brasil a influência da escola francesa, em um período que o país transitava de uma

sociedade agrária para urbana. Desde então, a geografia agrária como área específica da geografia cai nas tendências contemporâneas dessa ciência, isto é, ela reflete os paradigmas teóricos de cada época.

Neste mesmo trabalho Denez e Farjado (2011) pontuam a evolução desta disciplina ao longo da história, a qual surgiu com uma descrição do habitat rural e das suas formas de povoamento, trabalhando a classificação e conceituação dos elementos físicos e culturais do espaço rural. Após esse período, por conta da nova realidade urbana/industrial, o estudo do rural passou a ser pensado de diversas formas, como um ramo da economia, uma disciplina autônoma e como parte pertencente da geografia, sendo esta marcada pelo determinismo, culturalismo e possibilismo. Por fim, apenas na década de 70 a geografia agrária voltou-se a geografia nacional, deixando de ser neutra e abordando a modernização da agricultura, o êxodo rural, os conflitos fundiários e a concentração de terra, passando pelo pragmatismo até chegar na crítica.

Logo, por meio desse exposto, entende-se que a geografia agrária se desenvolveu inicialmente dentro da geografia clássica, a qual descrevia o espaço e analisava os elementos físicos e culturais que o compusera, assim como os aspectos econômicos das atividades agrícolas. Mudando somente na década de 70, com a renovação a geografia, onde surgiram a Geografia Crítica que rompia com a neutralidade científica, e com a geografia radical que considerava as relações de produção e a luta de classe como categorias a serem analisadas na interpretação do espaço agrário.

Em decorrência disso, com a evolução da Geografia Crítica e os eventos simultâneos no campo das ciências humanas, a geografia crítica passou a nortear a análise do espaço agrário, pós renovação da geografia, incorporando ao seu escopo de análise o materialismo histórico dialético como fundamento teórico e metodológico de interpretação do espaço e de suas contradições.

Dessa forma, compreender o objeto de estudo da geografia, no contexto em que a geografia crítica orienta sua análise do espaço por meio do materialismo histórico dialético, significa compreender o espaço geográfico como produto histórico das contradições sociais. Sendo o estudo do espaço agrário, a análise dessas contradições no campo.

Assim, nós podemos interpretar o que é espaço agrário, por meio da geografia crítica, considerando seu viés marxista, como uma construção social resultantes das contradições do capitalismo que se desenvolve e se transforma a modo de aprimorar sua eficiência produtiva, com o objetivo de acumular mais capital. Sendo o espaço agrário uma produção capitalista, marcada por relações de poder e produção, que se estrutura sobre crises ambientais, concentração fundiária e conflitos sociais em troca do lucro, dando forma ao que chamamos de questão agrária (Harvey, 2001).

Quanto a questão agrária, Fernandes (2021. p 1) “aponta que se trata de um conjunto de problemas gerados a partir do processo de acumulação de capital que se desenvolvem por intermédio da agricultura e da pecuária particular”, que resultam nos conflitos por terra e na resistência a essa tendência, expressada pela luta pela terra, envolvendo aos grandes proprietários e os camponeses.

2.2.1 Os atores do espaço agrário: uma menção ao agronegócio e a agricultura familiar

A partir da discussão desenvolvida anteriormente, é possível ampliar a análise ao incorporar as contribuições de Fernandes (2003), que analisa a espaço como um território socialmente construído, marcado por relações sociais contraditórias que coexistem no mesmo espaço, resultando em conflitos, o qual pode ser exemplificada por meio relação da produção familiar e do agronegócio.

Nesse sentido, a compreensão do papel desses atores na construção do espaço se faz necessário para entender a estrutura deste espaço como um produto da territorialização do capital, que avança, contra a territorialização camponesa, que resiste. Logo, entender como os atores do campo se manifestam no espaço, nos possibilita inferir como essa relação antagônica reproduz a ideia de produção capitalista do espaço, marcada por contradições que favorecem o acúmulo de capital (Da Conceição, 2017).

Nesse contexto, torna-se necessário explicitar quem são os sujeitos que produzem e reproduzem esse espaço marcado por contradições inerentes ao modo de produção capitalista. Identificando os camponeses, os agricultores familiares e o latifundiário como sujeitos produtores do espaço, assim como as formas de produção agrícola: o agronegócio e a agricultura familiar.

No entanto, não há como categorizá-los separadamente, é necessário analisá-los em conjunto, sob a hegemonia do capitalismo. Uma vez que essa forma de organizar a economia, isto é, a produção e troca de bens de serviço, objetivando o lucro, transforma o espaço e o mercantiliza como um recurso para o capital.

Sobre a origem do capitalismo, Wood (2000) faz a seguinte afirmação

[...] o capitalismo, com todo seu impulso específico de acumular e de buscar o lucro máximo, nasceu não na cidade, mas no campo, num lugar muito específico, e tardiamente na história humana. Ele requer não uma simples extensão ou expansão do escambo e da troca, mas uma transformação completa nas práticas e relações humanas mais fundamentais, uma ruptura nos antigos padrões de interação com natureza na produção das necessidades vitais básicas (Wood, 2000, p.13)

Levando-nos a ponderar o próprio espaço geográfico como um meio de produção socialmente construído. Uma vez que ele é produzido de forma desigual e organizado em torno da lógica do acúmulo de capital, criando áreas privilegiadas e áreas subordinadas, afetando todos os sujeitos produzem esse espaço.

Nessa lógica, definir quem são os atores do campo é sujeitá-los a uma análise superficial, uma vez que estes não serão categorizados individualmente por suas singularidades, mas serão definidos por sua capacidade produtiva. Nesse sentido, torna-se mais coerente produzir uma síntese interpretativa de quem são esses personagens que produzem o espaço agrário.

Sobre a categoria do camponês, Severo (2023) concluiu que:

[...] diferentes concepções teóricas do campesinato partem de um relativo consenso acerca de suas características constitutivas: produção em pequena escala, por vezes chamada de subsistência ou de economia fechada, com eventual comercialização dos excedentes (ou, mais recentemente, destinada à comercialização local, sobretudo na forma de

hortigranjeiros); elevada integração familiar; valorização de saberes tradicionais e significados culturais; forte vínculo afetivo-emocional com o espaço rural, que é a uma só vez local de habitação e produção; e exclusão ou marginalização social e política (Severo, 2023. p 6)

Dessa forma, nós podemos inferir que o camponês é um sujeito social, caracterizado por possuir uma pequena propriedade, a qual ele articula sua produção, sua vida familiar e sua cultura. Tratando-se de um sujeito que sobrevive à margem da sociedade capitalista, mesmo que este ainda venda seus excedentes ao mercado.

No entanto, ao longo de sua obra Severo (2023) desenvolve uma discussão que nos leva a interpretar o camponês como um agente político-ideológico. Que outrora tivera sido excluído do campo político e que tivera sido fragmentado em produtor rural e agricultor familiar. Ainda tivera sua identidade preservada pelos movimentos sociais, como o MST, que ainda lutam pela causa camponesa e criticam o agronegócio.

O texto desenvolvido por Severo ainda revela que muitos produtores rurais e agricultores familiares não se identificam como camponeses, por implicação de posicionamentos políticos e ideológicas, o que nos mostra como a fragmentação da identidade camponesa, em produtor rural e agricultor familiar, enfraqueceu e despolitizou parte do movimento camponesino, resultando no fortalecimento do latifúndio e na expansão do agronegócio.

Sobre a categoria do agricultor familiar, entende-se que são os que:

[...] atendem às seguintes condições: a direção dos trabalhos no estabelecimento é exercida pelo produtor e família; a mão-de-obra familiar é superior ao trabalho contratado, a área da propriedade está dentro de um limite estabelecido para cada região do país [...] (Tinoco, 2008)

Logo, a supracitada fragmentação da categoria do camponês em agricultor familiar e produtor rural, mostra-se claramente política ideológica. Uma vez que nós podemos interpretar que todo camponês pode ser considerado um agricultor familiar, mas nem todo agricultor familiar se considera camponês, por isso significar um posicionamento político ou mesmo estar atrelado a algum movimento social (Fernandes, 2001).

Assim, por meio dessa análise simplificada, pode-se considerar que o camponês teórico é um agente político e que o agricultor familiar teórico é um sujeito despolitizado, isto é, uma luta pela causa camponesa e o outro é alheio a essa luta.

Não obstante, há ainda o latifundiário, um sujeito que diferentemente dos supracitados, possui grandes extensões de terra e que não produz, necessariamente. No dicionário Michaelis (2026 o latifundiário é definido como o “proprietário do latifúndio”, e o próprio latifúndio é definido como uma “propriedade rural de grande extensão pouco cultivada e/ou explorada por métodos arcaicos e que apresenta renda restrita”.

Sobre o papel desse tipo de propriedade Zeneratti (2017) pontua que:

O latifúndio serve exclusivamente aos interesses individuais dos proprietários, seja por meio de terras destinadas a reserva de valor, terra para especulação imobiliária, esperando para ser vendida, sejam terras destinadas à reserva patrimonial, que se presta à fraude bancária utilizada para obter financiamentos bancários; nos dois casos o latifúndio não exerce função social, antes contribui para acentuar as contradições do campo, privando os camponeses da terra de trabalho (Zeneratti, 2017, p 450).

Ou seja, pode-se concluir que o latifundiário é um especulador, e o latifúndio um entrave ao capital produtivo, ao desenvolvimento do agronegócio e às lutas camponesas por acesso à terra, uma vez que não exerce sua função social e impede o avanço do capital produtivo no campo, servindo apenas como uma propriedade privada, que na melhor das situações será desapropriada e indenizada pelo estado.

Assim, entende-se que cada um desses sujeitos contribui de formas distintas para a produção do território, como já fora anteriormente citado por meio de Fernandes (2003), resultando em um espaço repleto de contradição, alicerçado nos interesses conflitantes de dois modelos de produção agrícola que ocupam o mesmo território, resultando em uma disputa territorial (Engelbrecht 2019).

No que diz respeito a esse conflito, Engelbrecht (2019) pontua que se trata de um conflito permanente do agronegócio com a agricultura familiar ou camponesa. Onde, o processo de reestruturação territorial está posto, de um lado o capital financeiro avançando sobre o campo com o apoio das transnacionais e das elites agrárias, e do outro os camponeses, que se organizam para resistir.

Nesse contexto, o território é o elemento central, que deve ser compreendido como uma manifestação espacial do poder fundamentado nas relações sociais existentes no espaço. Nesse sentido é importante ressaltar o estudo de Raffestin (1993) ao explicar o poder, por meio da população, do território e dos recursos:

O poder visa o controle e a dominação sobre os homens e sobre as coisas. [...] Pode-se retomar aqui a divisão tripartida em uso na geografia política: a população, o território e os recursos. Considerando o que foi dito sobre a natureza do poder, será fácil compreender por que colocamos a população em primeiro lugar: simplesmente porque ela está na origem de todo o poder. Nela residem às capacidades virtuais de transformação, ela constitui o elemento dinâmico de onde procede a ação. (...) O território não é menos indispensável, uma vez que é a cena do poder e o lugar de todas as relações, mas sem a população, ele se resume a apenas uma potencialidade, uma vez que a cena do poder e o lugar de todas as relações, mas sem a população, ele se resume a apenas uma potencialidade, um dado estático a organizar e a integrar numa estratégia. Os recursos, enfim, determinam os horizontes possíveis da ação. Os recursos condicionam o alcance da ação (Raffestin, 1993, *apud* Fonseca; Barreira, Oliveira, p 132).

Nesse estudo, o autor desenvolve seu raciocínio em uma tríade, a qual ele atribui a gênese do poder às pessoas, pois sem elas não há uma ação política e nem social, já o território é onde o poder social, político e econômico se manifesta, e os recursos são os condicionantes de avanço ou limitação desse poder.

Além disso, pode-se presumir que o território é o reflexo das relações de poder existente em determinado espaço, dessa forma se uma relação de poder já estabelecida for mudada, todo o espaço físico e as relações sociais contidas nele tendem a ser redesenhadas. Ou seja, o território assim como o espaço geográfico é mutável, porém ele é desenvolvido visando a dominação, o que resulta em conflitos, e além disso esse possui um outro condicionante, a capacidade de ser territorializado e desterritorializado.

No espaço agrário, isso se reflete na relação de dois modelos produtivos que ocupam o mesmo espaço e disputam territórios, o agronegócio e a agricultura familiar. Sobre essa disputa Fernandes (2010, *apud* Engelbrecht, 2019) explica que o motivo dessa conflitualidade se dá justamente pelo processo de territorialização, desterritorialização e reterritorialização. Que podem entendidos de forma articulada, uma vez que o processo de territorialização do modelo capitalista (agronegócio) ocorre, ele simultaneamente desterritorializa a agricultura familiar/camponesa. Como resultado disso, o agronegócio cresce e a população vinculada a forma de produção familiar fica a mercê do novo poder (Fernandes; Welch, Gonçalves, 2014).

Ou seja, o agronegócio e a agricultura familiar produzem o espaço agrário por meio do processo contínuo de territorialização e desterritorialização, transformando a paisagem e moldando as relações sociais no campo a partir das suas receptivas lógicas de produtivas.

A partir desse exposto, nós podemos categorizar o agronegócio como uma denominação ao desenvolvimento econômico da agropecuária capitalista, que tem sua gênese no sistema de *plantation* (Fernandes 2010). Para o autor:

A partir disso, compreende-se que o termo agronegócio é só uma construção ideológica que visa mudar a imagem latifundista da agricultura capitalista, que carrega consigo o estigma de está associada a escravidão, a concentração de terra e a improdutividades, que poderia destina lá a reforma agrária.

Por outro lado, a agricultura camponesa pode ser categorizada como “uma lógica produtiva que não está voltada ao lucro, mas para o consumo direto da família e outra parte de sua produção é transformada em mercadoria” (Fabrini; Roos, 2014, *apud* Santos, Theis, 2021, p 14).

Netto (2008) aponta que a agricultura familiar pode ser entendida como:

[...] aquela em que a família, ao mesmo tempo em que é proprietária dos meios de produção, assume todo o trabalho no estabelecimento produtivo, ou melhor, tais vinculações são mediatizadas por relações de parentesco. Também é heterogênea; em cada país, em cada região, os agricultores possuem valores e ambições diferentes em relação ao projeto familiar original, demonstrando uma imensa capacidade de adaptação a situações diversas, desse modo, não existe um padrão, nem referência a um modelo agricultor familiar, com um mesmo sistema de valores. Tais unidades de produção se diferenciam pela diversidade e capacidade do agricultor de se apropriar dos meios de produção e desenvolvê-los, para a atividade primeira de produzir mercadorias, tendo como eixo a satisfação das necessidades básicas do núcleo familiar, ou seja, uma unidade onde se produz e consome o que produziu, com o excesso virando moeda de troca (Netto, 2008, p. 21).

Nesse sentido, ao estudar esses dois modelos produtivos pode-se compreender o motivo do espaço agrário ser conflituoso. A final de contas o desenvolvimento territorial de ambos os modelos produtivos, se expandem e colidem, resultando na sobreposição de um ao outro, isso é, eles se destroem e se recriam por meio da relação de poder (Fernandes, 2010). Nesse sentido, o agronegócio e a agricultura familiar/camponesa como modelos antagônicos de produção, buscam simultaneamente se territorializar e desterritorializar o outro.

Isso significa que o agronegócio avança sobre o campo, desterritorializando os povos tradicionais e as famílias camponesas, conseguindo mais território e conseqüentemente mais poder, o que propiciaria a esse modelo a possibilidade de acumular mais capital. Por outro lado, a agricultura familiar/ camponesa resiste a essa pressão ocupando os latifúndios, isso é, desterritorializando o território voltado ao acúmulo de capital, para a produzir de alimento.

2.3 A geografia agrária à luz das categorias marxistas

Santos (2015) em sua obra intitulada geografia, marxismo e subdesenvolvimento, publicada postumamente, evidência que a proximidade da geografia com o marxismo não é recente, pois a geografia sempre estivera permeada de concepções marxistas, ora explícitas por geógrafos marxistas, que tinham como fonte Marx, Rosa Luxemburgo e Lenin, ora de forma inconsciente, por geógrafos que não se envolviam com política, e que nem percebiam que estavam a adotar termos do vocabulário marxista para explicar suas pesquisas, como por exemplo: as teses que explicavam a cidade como uma criação da mais-valia rural.

Além disso, Milton Santos, incentiva a utilização de noções marxistas como a mais-valia, a acumulação e a circulação de capital e outras, de forma operacionalizada à linguagem espacial ou geográfica. Conforme cita, alguns autores como Harvey e Bunge que obtiveram êxito em aplicar as categorias marxistas no estudo sobre a estrutura interna das cidades, e por esse motivo, ele orienta que estudos similares sobre externalidades ou a natureza integral do espaço, poderiam seguir o mesmo caminho.

A partir disso, nota-se que a proximidade da geografia com o marxismo já é consolidada, uma vez que o objeto de estudo da geografia é o espaço geográfico em sua totalidade, a utilização de categorias marxistas operacionalizadas a análise do espaço possibilita ao geógrafo compreender as relações dialéticas entre os homens e entre os homens e o meio, na produção de um espaço que se materializa por meio do trabalho com um propósito produtivo.

Ademais, ao considerar a atual conjuntura, a qual o modo de produção capitalista é o maior produtor de espaço, subentende-se que o espaço tem um propósito produtivo, a acumulação de capital. Logo, ele pode ser compreendido com um reflexo das contradições desse sistema, e entender sua produção é estudar como o capital se manifesta, produzindo e reproduzindo formas espaciais para

viabilizar a acumulação de capital e reforçar a lógica da mercantilização e alienação (Lefebvre, 1974; Lariagon, 2025).

Dessa forma, poderíamos inclui-lo como um novo da relação dialética entre a sociedade e a natureza. Uma vez que ele produz e se reproduz através desses dois elementos, mas, ao mesmo tempo, é condicionado por eles. Ou seja, sem a sociedade o capital não circula e nem é acumulado, e, sem a natureza não há o que se apropriar como fonte de recursos.

Dada a importância desse sistema produtivo para o estudo do espaço, é necessário entender o que esse sistema representa. Para Mandel (1981):

O capitalismo é um modo de produção fundado na divisão da sociedade em duas classes essenciais: a dos proprietários dos meios de produção (terra, matérias-primas, máquinas e instrumentos de trabalho) - sejam eles indivíduos ou sociedades - que compram a força de trabalho para fazer funcionar as suas empresas; a dos proletários, que são obrigados a vender a sua força de trabalho, porque eles não têm acesso directo aos meios de produção ou de subsistência, nem o capital que lhes permita trabalhar por sua própria conta (Mandel, 1981. p 1).

O autor apresenta o capitalismo como um modo de produção alicerçado na desigualdade estrutural e na exploração, a qual uma classe (burguesa) vive da força de trabalho da outra (proletariado), extraindo dessa relação o mais valor, de onde provém o lucro do capitalista. Trata-se de um modo de produção que não prevê uma ascensão social, o proletariado, nesse sistema, está condenado a não ter posse do meio de produção, pois uma vez que ele possui a capacidade de produzir por conta própria, ele deixa de gerar lucro para o capitalista (burguês).

O lucro gerado nessa relação de exploração advém do mais valor, que pode ser entendido como:

O valor excedente produzido pelo trabalhador, ou seja, aquele valor gerado para além da produção de valor de sua força de trabalho. É como se fosse uma jornada de trabalho dividida em duas partes: na primeira, chamada tempo de trabalho necessário, é produzido o valor da força de trabalho, e esse trabalho é chamado trabalho necessário; na segunda, denominada tempo de trabalho excedente, se produz o valor excedente, aquele que se consubstancia na mais-valia, e esse trabalho é chamado trabalho excedente. [...] A mais-valia só se realiza porque a jornada de trabalho não se limita ao tempo de trabalho necessário. Senão não haveria exploração, nem capitalismo (PARO, 2022. p.105-106, grifo nosso)

Corroborando com Paro (2022), Almeida e Silva (2020) afirmam que:

A mais-valia é, sem dúvida alguma, a categoria mantedora do sistema capitalista, e essa descoberta foi uma das principais contribuições de Marx para a compreensão do assustador desenvolvimento das desigualdades sociais no seio do capitalismo, mesmo em uma sociedade que produz cada vez mais mercadorias e se enche cada vez mais de riquezas promovidas por meio dessas mercadorias. Sem mais-valia o capitalismo não existe; isso equivale a dizer que “sem exploração não há capitalismo”, visto que a exploração dos trabalhadores não tem como finalidade a produção de mercadorias e sim a produção de mais-valia (Almeida; Silva, 2020, p. 12)

A partir disso, compreende-se que o mais valor é motor do capitalismo, uma vez que o modo de produção capitalista só existe para se extrai-lo, e através dessa extração acumula-se mais capital, que por sua vez, financia a reprodução de sua lógica em outros espaços. Nesse sentido, pode-se interpretar que o desenvolvimento do capital em outros espaços se dá de forma desigual, uma vez que

esse desenvolvimento “desigual se revela claramente no movimento escalar que o capital realiza em busca da mais-valia”, caracterizando-se pela produção de espaços voltados a acumulação de capital e espaços marginalizados (Smith 1988, *apud* Junior, 2014, p. 59).

A partir desse exposto, compreende-se que operacionalizar as categorias marxistas em função da análise do espaço, nos possibilita aglutinar as concepções de espaço econômico e espaço geográfico, em função da compreensão do espaço em sua totalidade, um espaço real, cheio de contradições e pobreza. A instrumentalização dessas categorias no estudo de recortes específicos dentro da geografia, nos possibilita realizar uma análise mais crítica da realidade material do objeto de estudo.

No que concerne à geografia agrária, a utilização das categorias marxistas permite ao pesquisador avaliar como o capital se revela nesse espaço por meio de sua lógica contraditória, a qual necessita de recursos para produzir, mas, ao mesmo tempo, a degrada, gerando conflitos no campo, onde sua forma de produção agrícola avança sobre modos de produção que não são, em sua essência, capitalistas. Também nas formas de relação de trabalho, o capital pressiona o pequeno produtor a tornar-se parte do processo, tendo sua mão de obra explorada, ou a ser forçado a sair do campo e transformar-se em trabalhador assalariado na cidade, onde igualmente terá sua força de trabalho explorada e a mais-valia extraída.

A partir desse exposto, compreende-se que operacionalizar as categorias marxistas em função da análise do espaço, nos possibilita aglutinar as concepções de espaço econômico e espaço geográfico, em função da compreensão do espaço em sua totalidade, um espaço real, cheio de contradições e pobreza. A instrumentalização dessas categorias no estudo de recortes específicos dentro da geografia, nos possibilita realizar uma análise mais crítica da realidade material do objeto de estudo.

No que concerne à geografia agrária, a utilização das categorias marxistas permite ao pesquisador avaliar como o capital se revela nesse espaço por meio de sua lógica contraditória, a qual necessita de recursos para produzir, mas, ao mesmo tempo, a degrada, gerando conflitos no campo, onde sua forma de produção agrícola avança sobre modos de produção que não são, em sua essência, capitalistas. Também nas formas de relação de trabalho, o capital pressiona o pequeno produtor a tornar-se parte do processo, tendo sua mão de obra explorada, ou a ser forçado a sair do campo e transformar-se em trabalhador assalariado na cidade, onde igualmente terá sua força de trabalho explorada e a mais-valia extraída.

2.4 Geografia agrária e o ensino

O processo de ensino aprendizagem não é exclusivo ao ambiente formal, é o resultado de um processo socioconstrutivista que pode ser produzido e reproduzido nos mais variados espaços e situações sociais, em sala de aula, no trabalho, num debate, na convivência familiar, em jogo ou

mesmo pelas redes sociais. Logo, a aquisição de conhecimentos, não está restrita a escola ou universidade, mas está disponível em qualquer espaço onde se pode construir e compartilhar conhecimento (Vygotsky, 1991).

Ou seja, o processo educativo não possui apenas o caráter formal, compreendida como “aquela que está presente no ensino escolar institucionalizado, cronologicamente gradual e hierarquicamente estruturado”, ela também está presente fora do ambiente escolar, como informal e a não formal, que podem ser respectivamente compreendidas como: o acúmulo de conhecimentos empíricos por qualquer sujeito; e “qualquer tentativa educacional organizada” para o desenvolvimento prático e social (Bianconi; Caruso. 2005).

No que concerne esta pesquisa, nos convém abordar apenas as modalidades do ensino formal e não formal. Os quais, possibilitam a estruturação e organização de um material bibliográfico voltado a um fim, apresentar e ensinar algo, neste caso, o espaço agrário.

No âmbito do ensino não formal, os materiais bibliográficos mais difundidos são as cartilhas, organizadas por ONGs, movimentos sociais, empresas privadas e produtos de trabalhos acadêmicos. Sobre esse modelo de material, é importante ressaltar que ele se apresenta como um material educativo que possui uma linguagem acessível e de fácil assimilação, mas que possui uma intencionalidade ideológica.

Conforme mencionado anteriormente, o espaço agrário é conflituoso, e sua conflitualidade alcança o âmbito do ensino, fazendo do processo de ensino aprendizagem um campo de batalha ideológico. De um lado os movimentos sociais, principalmente o MST que produzem essas cartilhas como ferramentas de conscientização e mobilização em favor da reforma agrária, e do outro, empresa e institutos vinculados ao agronegócio, que visam enaltecer o modo de produção capitalista.

No que tange ao âmbito de ensino formal, infelizmente, não há como fazer uma análise da prática didática dos professores ao abordar o espaço agrário. No entanto, pode-se fazer uma análise da forma de como a geografia agrária é abordada nos materiais didáticos disponíveis, os livros didáticos e paradidáticos.

No tocante a abordagem da geografia agrária nos livros didáticos, muitas coleções apresentam uma abordagem positivista dessa temática, isto é, priorizam abordagem centrada na descrição das funções do espaço, em detrimento as questões sociais e políticas que pautam os conflitos fundiários, os movimentos sociais e a luta pela reforma agrária. Trata-se de um material bibliográfico meramente descritivos e acríticos (BEM, 2012).

O que corrobora com a pesquisa de Tavares (2016), Fonseca (2019) e Andrade (2023), os quais se propuseram a analisar a abordagem da geografia agrária nos livros didáticos e constataram que estes carecem de uma abordagem crítica das questões relacionadas ao setor agrário, onde se pouco

aborda temas relacionados a reforma agrária, agricultura camponesa e se tecem críticas ao modelo produtivo do agronegócio.

Nesse sentido, a quase ausência da abordagem crítica sobre o espaço agrário nos livros didáticos direcionados ao ensino básico, nos leva considerar algumas hipóteses, entre elas; o currículo escolar engessado (voltado ao vestibular) a PNLD que apresenta a geografia agrária de forma descritiva (sem contemplar a complexidade do campo brasileiro reforçando uma visão neutra e pouco crítica) e a própria influência do agronegócio no ensino.

Ao considerar a influência de um setor econômico no ensino, cabe destacar a presença e a atuação de movimentos políticos ideológicos que “vigiam” o conteúdo dos materiais didáticos distribuídos, e pressionam o governo, as escolas e os professores. A título de exemplo, o movimento “Escola Sem Partido” que objetivava coibir o debate político no âmbito da escola pública, ou mesmo o programa “De olho no material didático” que visa blindar o agronegócio de críticas e criar um consenso de que o agronegócio é perfeito.

O que nos induz a interpretar que, por mais que o governo não selecione materiais didáticos pelo seu caráter ideológico, o monitoramento de programas vinculados a setores que financiam o estado, como é o caso do DOME, que foi criado pelas “mães do agro”, e que contam com apoio de entidades ligadas ao agronegócio e sujeitos vinculados ao poder legislativo, possuem a capacidade de pressionar setores do governo a selecionar o que lhes convém.

Sobre esse movimento:

Os idealizadores e apoiadores da campanha “De Olho no Material Escolar” buscam blindar a imagem do agronegócio perante a sociedade e, ao mesmo tempo, impedir que nas instituições de ensino de todo o Brasil seja promovido o debate sobre os impactos socioambientais provenientes do modelo de produção do agronegócio. Dessa forma, temas como desmatamento, queimadas, concentração de terras, conflitos e assassinatos causados por disputas territoriais e trabalho escravo, são abordados superficialmente no conteúdo do material didático sugerido por Graziano e Neves.

Assim, intelectuais orgânicos como Graziano e Neves buscam justificar o avanço do desmatamento nos biomas brasileiros, bem como o uso abusivo de agrotóxicos nas lavouras do país, abordando o desmatamento como um processo civilizatório, uma prática que, historicamente, permitiu o avanço da humanidade, por isso, justificável (no presente) em áreas de fronteira agrícola.

Logo, interpreta-se que a atuação deste movimento se pauta, a priori, apenas no material didático, mas especificamente os livros didáticos, visando uma padronização da elaboração desses recursos sob uma ótica dogmática e conformista do espaço agrário e do agronegócio, objetivando banir completamente qualquer pensamento questionador sobre o desenvolvimento desta atividade em ambientes de ensino.

Ou seja, nesse cenário o livro didático está fadado a ser um material “neutro”, que reproduzirá a lógica do agronegócio, minimizando os problemas advindo dele, ou, ele será totalmente partidário e tenderá a desinformar para que o modelo produtivo prospere sem resistência.

No que concerne aos livros paradidáticos, a atuação desses movimentos políticos ainda não os tivera como alvo, no entanto, alguns sujeitos, representantes de alunos se recusam a permitir que seu filho leia algo que não esteja conforme sua crença política ou religiosa.

No que tange a abordagem da temática agrária e rural, os livros paradidáticos elaborados pelas mesmas editoras que produzem os livros didáticos, limitam-se a atender o ensino fundamental, abordando a origem dos alimentos, o caminho que o alimento percorre até o consumidor final, ou contos infantis que explicam elementos da natureza por meio de uma narrativa. A título de exemplo se tem a obra da editora moderna “Do campo à mesa” Chu (2012), a qual descreve a trajetória da produção do alimento desde de seu cultivo até sua chegada à mesa, trabalhando conceituações referentes a geografia agrária sem fazer uma análise crítica desse espaço.

No entanto, as obras mais complexas voltadas a temática agrária, em sua maioria, se voltam a abordar a temática em um espaço delimitado, a realidade local, que não está presente nos livros didáticos e paradidáticos produzidos pelas grandes editoras, mas pela comunidade acadêmica que percebe a necessidade de integrar o espaço vivido dos alunos no seu material didático, fornecendo assim subsídios para que o educando possa compreender sua própria realidade. A título de exemplo, o trabalho de Lima (2023) que culminou em um livro paradidático intitulado “O Novo Rural na Região Imediata de Patos – PB”.

Ademais, há editoras menores, como a expressão popular, que se propõe a publicar obras críticas que se voltam a discutir o espaço agrário de forma seria, sem uma delimitação espacial específica, mas apresentando conceitos e abordando de forma introdutória a questão agrária ao público jovem.

Em vista do exposto, os livros paradidáticos desenvolvidos para abordar o espaço agrário, seja este desenvolvido por uma editora ou um acadêmico, tem como propósito complementar e aprofundar as discussões as quais o livro didático se mostrou insuficiente. Seja articulando e contextualizando conceitos e Temas Contemporâneos Transversais (TCTs) presentes na Base Nacional Comum Curricular (BNCC) com o conteúdo programático, enriquecendo o debate em sala por meio de uma leitura que aprofunda as discussões contidas nos livros didáticos de forma mais próxima a realidade dos educandos.

Em síntese, observa-se que grande parte das obras voltadas a discutir a geografia como um todo, normalmente restringe-se ao âmbito de ensino formal, visando agregar a prática do ato educacional. Tantos as editoras, quantos os acadêmicos, em sua maioria, produzem ferramentas didáticas, com uma linguagem pedante que diminui o interesse do educando a leitura, e não produzem algo atrativo, uma leitura que “fuja” da rotulação do didático que atraia interesse do leitor fora do ambiente formal do ensino.

3. PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

A pesquisa conduzida a fim de produzir um livreto, de autoria própria, com a temática da geografia agrária, classifica-se como qualitativa de caráter propositivo. A qual, sua elaboração visa difundir o debate sobre a questão agrária para além dos ambientes formais de ensino (academia e escola), possibilitando que leitores de diferentes níveis de formação possam desfrutar de uma leitura que os levem a refletir criticamente sobre o tema.

A partir dessa premissa, buscamos articular uma abordagem conceitual da geografia agrária com os temas transversais propostos pelos parâmetros curriculares nacionais (1997), no que diz respeito aos temas sociais, sobretudo o as questões de trabalho e consumo. Assim, a partir da designação de trabalho e consumo, contidos nos parâmetros curriculares nacionais (1998, p 48) almejamos abordar essas temáticas transversais por meio de uma análise crítica acerca das relações sociais de trabalho como dimensões históricas, sociais e culturais, que se revelam como contradições sociais no espaço agrário.

Por fim, a metodologia desse trabalho se propõe descrever o processo sistemático de elaboração e desenvolvimento do livreto “*O que existe além da cerca?*” desde a discussão sobre o público-alvo até sua avaliação final. O processo metodológico foi estruturado nas etapas detalhadas a seguir:

3.1 Público-alvo

O material resultante dessa pesquisa consistiu em um livreto, concebido não como um produto direcionado a um público específico, mas como uma proposta de leitura que possui como intuito alcançar a maior abrangência possível. Nesse sentido, não idealizamos o seu desenvolvimento considerando um público alvo, visamos, primeiramente, a acessibilidade da leitura para que esta possa ser contemplada por diferentes faixas etárias.

Porém, há de se considerar que a linguagem da abordagem adotada na produção do livreto, apesar de ser acessível, possui limitações, em virtude disso, delimitamos nosso público-alvo para jovens a partir do ensino fundamental II, ou, mais especificamente, adolescentes a partir de quatorze anos de idade.

Além disso, reconhecemos que o conteúdo abordado no material possui certo grau de complexidade, e em vista disso, solicitamos aos professores que apreciaram o material, via questionário, que propusessem ou estipulassem uma faixa etária e/ou nível escolar adequado para a sua utilização.

3.2 A seleção do conteúdo

A curadoria e seleção do arcabouço teórico que fundamentou a produção do livreto, partiu da idealização de desenvolver um produto carregado de um viés crítico, porém com rigor técnico e didaticamente acessível.

Esse processo se dividiu três etapas:

3.2.1 Levantamento bibliográfico e documental

A pesquisa bibliográfica dividiu-se em duas etapas, a primeira voltou-se a uma pesquisa direcionada a fontes especializadas na discussão da questão agrária, priorizando abordagem elucidadas por meio da geografia agrária, sobretudo, os estudos de Ariovaldo Umbelino e Bernardo Mançano, além do trabalho desenvolvido por Maria Yedda Linhares e João Pedro Stedile, na compreensão da questão agrária em um contexto histórico na luta por acesso à terra.

Nesse primeiro momento, em relação a geografia agrária, buscamos formulações de conceitos e definições sobre: espaço agrário, campesinato, agricultor familiar, agronegócio, latifúndio e propriedade de terra. E quanto ao contexto histórico e social, procuramos sínteses que nos possibilitasse definir o que é a questão agrária e como atuam os movimentos sociais no campo.

No segundo momento, a pesquisa direcionou-se ao estudo das categorias marxistas, que poderiam ser operacionalizadas com o propósito possibilitar o entendimento do campo como um reflexo do capitalismo materializado nas relações sociais, na forma de produzir e na forma como a terra é apropriada e disputada. Para conseguir proporcionar isso no material, utilizamos como aporte teórico o trabalho desenvolvido na obra *O capital para educadores*, de Vitor Henrique Paro, que apresentou um de forma didática os conceitos básicos das teorias desenvolvidas por Marx, entre eles: o mais valor, trabalho e meio de produção.

3.2.2 Recorte temático

Mediante a uma proposta que se debruça sobre uma apresentação do espaço agrário sob um viés crítico, utilizando de uma análise geográfica em conjunto com das categorias do marxismo para produzir um material acessível a leitores não especializado. Foi necessário delimitar a discussão do material, devido a abrangência da discussão e o grau de complexidade que envolveria discutir as demais relações sociais, problemas ambientais, a ação de outros atores presentes no espaço como: os indígenas, quilombolas, ribeirinhos, posseiros, comunidades extrativistas, grileiros e pistoleiros.

Devido a essa complexidade, optamos por priorizar uma discussão envolvendo a produção agrícola, isto é, procuramos dar ênfase na distinção do modo de produção familiar e no modelo agrícola do agronegócio, compreendendo-as como formas distintas de produção agrícola, que se territorializam e desterritorializam, impondo sua lógica produtiva e conseqüentemente ocasionando uma série de problemas que se refletem na estrutura fundiária, na economia e nas relações sociais.

Além disso, durante a pesquisa bibliográfica, notou-se uma série de textos sensacionalistas que criminalizavam a papel dos movimentos sociais, estereotipando-os como invasores de terra. Assim, mediante a essa situação, sentimos a necessidade de abordar o papel dos movimentos sociais de forma justa, apresentando-os em conjunto com o tema da questão agrária, além das concepções de reforma agrária e revolução agrária.

3.2.3 Transposição didática

Após a delimitação dos temas, procuramos desenvolver uma série de sínteses interpretativas para torna mais acessível as discussões contidas nas obras consultadas. Discussões e conceitos complexos foram adaptados, para uma linguagem mais simples e direta, fazendo uso de metáforas, comparações e analogias singulares, com o intuito tornar a assimilação das discussões mais fáceis de compreender.

Além disso, para realizar essa transposição, utilizamos o coloquialismo como estratégia metodológica de abordagem. Pois, de acordo com as perspectivas sociolinguísticas e funcionais acerca da linguagem, o coloquialismo instrumentalizado e aplicado com o intuito de aproximar o leitor de determinado assunto é capaz de cumprir seu papel comunicativo, facilitando a assimilação de temas complexos, que dificilmente conversariam com um público não especializado, de forma simplificada, em uma linguagem popular e cotidiana, porém informal (BARBOSA, 2017).

3.3Elaboração do produto

O desenvolvimento do livreto, parte da idealização uma proposta de abordagem inspirada em formatos editoriais de curiosidade e cultura pop, como a revista *mundo estranho*, que se destinava ao público adolescente, onde conciliava humor, histórias e divulgação científica. A qual, possuía como parte de sua estrutura uma seção chamada perguntas e respostas, onde eram desenvolvidos e explicados alguns questionamentos e curiosidades de forma simples e atrativa.

Com base nisso, foi criado um roteiro de desenvolvimento, estruturado com a proposta de possuir um tema central, o espaço agrário, e ao seu entorno, uma série de perguntas norteadoras que levassem a um aprofundamento da ideia de espaço agrário para além da paisagem e da concepção de um espaço produtor de alimento.

A decisão de utilizar dessa forma de estruturação, partiu de uma adaptação da concepção do *percurso didático para estudar uma unidade temática* elaborada por Cavalcanti (2021), a qual, primeiro se aborda o conteúdo por meio de uma situação-problema e, posteriormente, sistematiza-se uma abordagem crítica que leve o leitor a pensar geograficamente, e por fim, uma síntese do conteúdo, quando o educando se apropria do conhecimento e o articula para compreender a realidade.

Assim, por meio da conciliação de duas propostas de abordagem que possuem objetivos distintos, produzimos nossa própria proposta, que pode ser interpretada como uma amalgama ambígua de um periódico semanal adolescente, com um livro didático/paradidático.

Ou seja, a idealização da proposta em si, não se encaixa em um formato pré-definido, trata-se de um material estruturado por meio de uma estrutura didática, porém, sua abordagem e natureza é mais informativa que educacional, considerando como parâmetro os livros didáticos tradicionais.

3.3.1 elaboração dos recursos visuais

Com o intuito de tornar a leitura mais atrativa e menos cansativa, integramos ao material quinze imagens. Dentre elas, treze foram produzidas por intermédio de programas de inteligência artificial, assim como a capa livreto, os *softwares* utilizados foram: *Microsoft Copilot*, *OpenAi. ChatGPT (modelo GPT-5,2)* e o *Google Gemini*. Ademais, foram incluídas duas fotos retiradas da internet que estão referenciadas no próprio produto.

3.3.2 Redação e revisão textual

A digitação e diagramação do material foram inteiramente realizadas por intermédio de um *smartfone*, em virtude da praticidade do aplicativo *Canvas*, em sua versão *mobile*, que se mostrou uma excelente ferramenta, mesmo em sua versão gratuita, para produção de um material esteticamente apresentável e útil.

No entanto, apesar da sua praticidade na elaboração do livreto, o aplicativo *mobile* se mostrou um desafio quanto a correção ortográfica do material, dificultando a revisão textual e suas alterações, sendo necessário redigi-lo em outros *softwares* para realizar alguma alteração no corpo do texto. O que se mostrou um empecilho, pois não foi possível disponibiliza o material em sua completude de forma editável para um corretor, que resultou na impressão do livreto e em uma correção manual dos erros ortográficos.

3.4 Elaboração o questionário avaliativo

Para a averiguação do êxito ou fracasso da proposta, foi desenvolvido um questionário, destinado aos avaliadores do produto desenvolvido com a pesquisa. O qual selecionamos um grupo de cinco professores de geografia que lecionam em instituições públicas e privadas para avaliarem a utilização do livreto como uma leitura recreativa, destinada ao ensino não-formal, assim como a sua aplicabilidade como recurso de apoio na fomentação de um debate em sala de aula.

Ademais, como não estipulamos uma faixa etária específica para o público-alvo, solicitamos, no questionário, que os professores estipulassem uma série ou faixa etária adequada para apresentar o livreto, considerando a vasta experiência dos profissionais consultados com diferentes materiais bibliográficos voltados ao ensino.

O questionário elaborado, foi estruturado visando uma análise qualitativa dos resultados obtidos. Nele, foram propostas duas tipologias de pergunta: a escala *Likert*, permitindo mensurar a satisfação e o grau de concordância do avaliador, e a perguntas discursivas, visando a contribuição dos avaliadores com críticas e sugestões para o aprimoramento do material

4. RESULTADOS E DISCUSSÕES

A produção de um material bibliográfico, que se propõe a apresentar o espaço agrário como uma construção social voltada a produção de lucro, requer uma vasta pesquisa acerca da produção desse espaço como parte integrante de um sistema econômico que mundializou o espaço geográfico, o capitalismo. Nesse sentido, quando se elabora uma obra com esta pretensão, torna-se necessário que o autor operacionalize as categorias desenvolvidas por Marx para a análise do espaço, para que assim se possa instrumentalizar as teorias marxistas como forma de elucidar uma interpretação do espaço geográfico como resultado de um processo dialético da sociedade com a natureza.

Assim, para produzir um referencial bibliográfico que sintetizasse essa noção de espaço agrário, fez-se necessário um ávido estudo sobre a concepção espaço agrário, território, agricultura familiar e agronegócio. Além de leituras a respeito do trabalho, mais valor e lucro, considerando o desenvolvimento de uma proposta multidisciplinar que pudesse integrar não só a geografia, mas outras disciplinas.

No desenvolvimento dessa pesquisa, identificamos que o principal alicerce para a apresentação das dinâmicas socioeconômicas do espaço agrário é a própria conceituação deste espaço, mesmo em sua forma mais simples, como um espaço desenvolvido para o exercício das atividades agrícolas, que nos proporcionou desenvolver reflexões mais profundas quanto a produção deste espaço e sua finalidade.

Quanto a abordagem do conceito de território, esse nos permitiu introduzir a noção de um espaço conflituoso, onde se há o exercício de um poder sobre algo, no caso a terra. Além do fenômeno da colisão de território, onde um sobrepõe o outro, impondo sua lógica produtiva e cultura. Que pode ser muito bem aplicada no entendimento do avanço do agronegócio sobre áreas tradicionalmente cultivadas por agricultores familiares/camponeses.

Já a partir da concepção de agricultura familiar e agronegócio, foi possível apresentar o campo para além da produção de alimento, apresentando-o como um espaço produtor de *commodities*, que objetiva a produção de riqueza, a partir da exportação e da extração do mais valor. Além disso, a inserção da distinção dos dois modelos produtivos possibilitou a uma série de discussões relacionadas a utilização de agrotóxicos, sementes transgênicas e a estrutura fundiária do espaço agrário brasileiro.

Ademais, a utilização e aproximação das categorias marxistas operacionalizadas para compreender as dinâmicas sociais no espaço agrário, no livreto, serviram como um auxílio

interpretativo para explicar como se dão as relações de trabalho no sistema capitalista, aplicada no contexto do espaço agrário. Para que assim, fosse elucidado, durante o desenvolvimento do material, a contrariedade do capital que se manifesta no campo como uma série de problemas que são abordados ao longo do material.

Assim, esses seis termos que foram estudados avidamente serviram como alicerce de toda a produção do livreto, permeando todas as discussões e indagações presentes no material bibliográfico que se estrutura por meio de uma estrutura didática que se apresenta por meio de uma abordagem periódica recreativa.

4.1 O produto

Como resultado da pesquisa e de todo o percurso metodológico, foi produzido o livreto *O que existe além da cerca?* Uma obra autoral, que mescla no corpo do texto diferentes gêneros textuais que compõem onze discussões, mais a apresentação e a conclusão, além de um glossário remissivo que foi acrescido com o intuito de facilitar o entendimento de alguns termos utilizados ao longo do texto.

O material, apresenta-se como uma leitura alternativa ao livro didático, propondo uma interpretação crítica do espaço agrário e das relações que ocorrem no mesmo. Colocando-se como uma leitura introdutória e crítica acessível para estudantes do ensino básico e leitores não especializados.

Sobre a abordagem das discussões apresentadas no livreto, cada uma delas tem a seguinte proposta:

I. Ser humano, o *hacker* da natureza: Apresentar uma perspectiva possibilista do homem como um ser adaptável, capaz de modificar o ambiente através da sua cultura e da técnica.

II. A maior invenção da humanidade: Desenvolver uma introdução a proposta do livreto, ao apresentar a agricultura como a maior invenção da humanidade, demonstrando-a como base de toda a estrutura moderna presente no cotidiano do leitor.

III. O que existe além da cerca?: Desenvolve uma conceituação básica sobre o que o espaço agrário representa e o revela como um espaço contraditório e conflituoso.

IV. A diferença entre o espaço urbano e o agrário: Apresenta uma diferenciação dos espaços para além da paisagem, apresentando a divisão internacional do trabalho e a produção de espaços especializados em função do capital.

V. O que rola no espaço agrário?: O desenvolvimento deste tópico consiste em apresentar o campo para além da produção de alimento. Apresentando as funções atribuídas ao espaço agrário, entre elas: a função produtiva; econômica; social e ambiental.

VI. Qual é o propósito do espaço agrário?: Neste tópico é desenvolvido um pequeno ensaio que discorre sobre concepção do espaço agrário com um espaço produtor lucro.

VII. Quem trabalha e quem fica rico?: O desenvolvimento deste tópico parte da apresentação da forma de como o lucro é gerado por meio da extração do mais valor produzido pelo trabalho excedente.

VIII. Quem planta dinheiro e quem planta comida?: Apresenta uma distinção de dois modelos de produção agrícola, a agricultura familiar e o agronegócio.

IX. Quem manda no espaço agrário?: desenvolve-se sobre uma abordagem do espaço agrário como um território em disputa. Nele se constrói uma conceituação de concentração de terra, e se desenvolve explicações breves sobre: propriedade improdutiva; conflitos por terra e invasão de terra.

X. O que é a questão agrária? Nesse tópico, apenas apresentamos uma abordagem breve do que significa este termo. Seu desenvolvimento tem o intuito de instigar o leitor a procurar um material mais apropriado para estudar uma temática tão complexa.

XI. Essa questão tem solução?: Como último tópico, propomos um ensaio curto sobre a abordagem de uma possível solução para a questão agrária. Nele apresentamos duas propostas de dois movimentos sociais: a reforma agrária do MST e a revolução agrária da LCP.

Ademais, ressalta-se que a produção conta com mais dois tópicos não listados. O primeiro é a apresentação, dividida em: a quem se destina; a estrutura do livreto; e o motivo da elaboração do livreto. O segundo é a conclusão, que se apresenta como uma síntese reflexiva de tudo o que foi abordado.

4.2 Resultado do questionário

Os resultados dessa produção didática obtidos por meio do questionário aplicado junto aos professores podem ser expressos, resumidamente, da seguinte forma:

Dentre os cinco professores consultados, quatro afirmaram que é possível disponibilizá-lo para jovens a partir de doze anos de idade, mas sua aplicabilidade seria mais efetiva com estudantes do ensino médio, isto é, jovens entre quatorze e dezessete anos.

Além disso, um dos avaliadores pontuou que: consideraria apresentar o material como recurso didático apenas para estudantes a partir do 2º ano do ensino médio, pois estes teriam maturidade para refletir criticamente sobre os temas abordados no livreto.

No que diz respeito ao conteúdo e rigor científico, o livreto obteve êxito total, mesmo fazendo uso de uma linguagem coloquial. Nas avaliações, os professores pontuaram como positiva as propostas de abordagem referente aos conceitos da geografia agrária e do mais valor. No entanto, também foi pontuado que algumas discussões poderiam ter sido mais aprofundadas, principalmente a diferenciação entre a rural e agrário, a interdependência campo cidade e as funções do espaço agrário

Quanto a sua estrutura e apresentação, os avaliadores pontuaram que o material apresenta uma leitura fluida e de fácil compreensão, o que viabiliza sua utilização para o ensino no contexto não formal e formal, e mesmo que sua forma de abordagem politize demais a discussão da temática.

No entanto, reconhecendo as falhas no processo de elaboração, solicitamos aos professores, via questionário, que contribuíssem com sugestões para melhorar a organização e a forma de abordagem do livreto como um todo. Dentre as solicitações encontra-se: a necessidade de incluir mais ilustrações; um sumário detalhado, notas de rodapé; notas explicativas; gráficos e mapas.

No que concerne a relevância e aplicabilidade, os professores concordaram que o material contribui para a construção de um pensamento crítico sobre a realidade do campo. Além disso, apesar de ser muito politizado, é possível articulá-lo ao currículo escolar, pois o livreto tem potencial para ser utilizado como recurso motivador para fomentar debates em sala de aula.

Por último, vale ressaltar que gostaríamos de ter contado com a avaliação de alguma pessoa relacionada a algum movimento social do campo, mas infelizmente não foi possível. No entanto, a seção que havia sido destinada aos representantes dos movimentos sociais permaneceu no questionário que foi entregue aos professores, e os mesmos responderam.

Sobre essa seção, a relevância para a ação social, os professores pontuaram que o livreto pode ser útil como uma ferramenta de conscientização sobre a questão agrária e que pode ter utilidade quanto a quebra de estereótipos relacionados aos movimentos sociais, por representá-los de forma justa.

Mediante as respostas obtidas por meio do questionário, observamos que apesar da boa avaliação do material por parte dos professores, notamos que o livreto carece de uma melhor organização e de uma exposição mais ampla e profunda em relação a abordagem da reforma agrária.

Ademais, ressalta-se que o objetivo de produzir um material introdutório, voltado a apresentação de uma discussão a respeito do espaço agrário ao público geral, foi alcançado com êxito, visto que os professores o avaliaram com uma boa leitura que apresenta, mesmo que superficialmente, a complexidade do espaço agrário brasileiro. Além disso, observou-se que a utilização de uma abordagem mais crítica, porém, mais politizada, ao apresentar o espaço agrário e os movimentos sociais do campo por meio de uma outra perspectiva, torna o material uma ótima ferramenta didática para fomentar reflexões críticas e gerar debates em sala, além de possibilitar comparações de abordagem da forma que é retratado o espaço agrário no livro didático e no livreto.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A realização desta pesquisa que culminou na elaboração de um livreto, resultou da proposta do desenvolvimento de um material autoral que se posiciona como uma leitura acessível que introduz uma concepção crítica do espaço agrário. Articulado a análise geográfica do espaço com as categorias marxistas, visando possibilitar uma leitura crítica e complexa por meio de uma abordagem acessível. Proposta, a qual, foi reconhecida pelos avaliadores, quanto ao seu caráter expositivo didático.

Entretanto, mesmo sendo validado e reconhecido como uma exposição crítica introdutória perante os professores consultados, reconhecemos, por meio das críticas, que o material possui limitações metodológicas e teóricas no que se refere a sua estruturação, elementos visuais e profundidade de abordagem.

Nesse sentido, compreendemos como limitações decorrentes do material produzido:

A utilização de ilustrações que não refletem a realidade do espaço agrário amazônica, uma vez que fizemos uso de inteligência artificial para gerar imagens e não contamos com ilustradores que poderiam representar de uma forma mais fidedigna a realidade local;

A ausência de elementos cartográficos que, em uma obra que aborda discussões que envolvem o conceito de território e o processo de territorialidade, contribuiria para a interpretação da problemática entorno da concentração de terra e da questão agrária.

Além disso, há de se considerar as limitações decorrentes da pesquisa, que se limitou a interpretar apenas as considerações dos professores que avaliaram a aplicabilidade didática do material enquanto recurso bibliográfico expositivo, considerando sua viabilidade educativa e informativa a respeito do tema central, o espaço agrário, deixando de lado o público-alvo do livreto, os leitores não especializados e os estudantes do ensino básico. Ademais, também não foi possível

aferir a utilização do livreto como um instrumento de conscientização política, pois não conseguimos que representantes de movimentos sociais, como o MST, avaliassem o material.

No entanto, constatamos, por meio dos professores, que o material possui uma versatilidade quanto a sua aplicação, podendo ser inserido em diferentes contextos, desde abordagens críticas em sala de aula, visando reflexões e debates, até como um instrumento de formação política em projetos de iniciativas de movimentos sociais.

Logo, a proposta do livreto em democratizar o acesso a discussões críticas e complexas que antes estavam restritas ao ambiente acadêmico por meio de uma abordagem acessível é possível, pois o desenvolvimento do produto com esta natureza contribui para a disseminação de uma proposta de leitura e reflexão crítica entre os jovens e leitores não especializados, enriquecendo e ampliando o debate acerca do espaço agrário.

Por fim, o desenvolvimento dessa pesquisa e o produto oriundo dela indicam que materiais alternativos aos livros didáticos e paradidáticos, mesmo que não sejam idealizados para o ensino formal, podem sim contribuir para a construção de conhecimento dentro e fora de sala, fomentando discussões e reflexões críticas sobre uma determinada realidade.

Portanto, diferente de outras propostas de produções bibliográficas oriundas de projetos de pesquisa acadêmica, o material desenvolvido nesta pesquisa não se destina e nem se caracteriza como uma ferramenta didática exclusiva ao ato educacional. Pois sua idealização foi concebida sobre a ideia de que aprender geografia por meio da leitura também pode ser uma atividade recreativa, assim como ler um gibi, uma mangá ou uma revista de divulgação científica voltada ao público adolescente.

Nesse sentido, espera-se que esta pesquisa e o produto oriundo dela, contribuam para a elaboração de novas produções bibliográficas que abordem a geografia de forma alternativa. A final de contas, há diversas pesquisas que discutem inovações metodológicas voltadas ao educacional, mas existem poucas alternativas de abordagem e desenvolvimento de materiais bibliográficos voltados ao ensino que vão além do didático e do paradidático.

6. REFERENCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALBUQUERQUE, A. M. Livros didáticos e currículos de geografia: uma história a ser contada. In: TONINI, I. M. *et al.* (Org.). **O ensino de geografia e suas composições curriculares**. Porto Alegre: Mediação, 2014. p. 161-174.

ALMEIDA, F. Á. F. de; SILVA, E. B. de M. M. e. A apropriação capitalista da mais-valia. **Revista Filosofia Capital**, Brasília, v. 15, n. 22, p. 10-20, 2020. Disponível em: <https://www.filosofiacapital.org/index.php/filosofiacapital/article/view/423/361>. Acesso em: 15 fev. 2026.

ALVES, G. da A. Cidade, cotidiano e TV. In: CARLOS, A. F. (org.). **A geografia na sala de aula**. São Paulo: Contexto, 1999.

AMARAL, R. B. *et al.* **O livro didático de matemática: compreensões e reflexões no âmbito da educação matemática**. Campinas: Mercado de Letras, 2022.

BERNARDES PINHEIRO, P. Imagens, livros didáticos e a geografia escolar. **Espaço e Cultura**, Rio de Janeiro, v. 1, n. 52, p. 28–45, 2024. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/espacoecultura/article/view/88860>. Acesso em: 3 fev. 2026.

BITTENCOURT, C. M. F. O que é livro didático? In: seminário nacional sobre leitura infanto-juvenil, livro didático e participação da comunidade na formação de leitores, 2., 1996, São Paulo. **Anais...** São Paulo: Faculdades Teresa Martin, 1996.

BITTENCOURT, C. M. F. **Livros didáticos: concepções e uso**. Recife: Secretaria da Educação e Esporte de Pernambuco, 1997.

CALLAI, H. C. A geografia e a escola: muda a geografia? Muda o ensino? **Terra Livre**, v. 1, n. 16, p. 133–152, 2015.

CALLAI, H. C.; CAVALCANTI, L. de S.; CASTELLAR, S. M. V. A cidade, o lugar e o ensino de geografia. In: **Didática da geografia: aportes teóricos e metodológicos**. São Paulo: Xamã, 2012.

CAMPELLO, B. S.; SILVA, E. V. Subsídios para esclarecimento do conceito de livro paradidático. **Biblioteca Escolar em Revista**, v. 6, n. 1, p. 64-80, 2018.

CARLOS, A. F. A. Crise e superação no âmbito da geografia crítica. *GEOUSP Espaço e Tempo*, v. 15, n. 3, p. 14–28, 2011.

CAVALCANTI, L. de S. **Ensino de geografia na escola**. Campinas: Papyrus, 2012.

CHU, T. **Do campo à mesa: o caminho dos alimentos**. São Paulo: Moderna, 2012.

CONCEIÇÃO, F. S. da. **A territorialização do capital e a expansão do agronegócio sojeiro**. 2017. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Federal de Rondônia, Porto Velho, 2017.

CONGRESSO PARANAENSE DE ASSISTENTES SOCIAIS, 7., 2019. **Agricultura familiar e agronegócio: territórios em disputa**. Ponta Grossa, 2019. Disponível em: <https://cresspr.org.br/wp-content/uploads/2022/07/AGRICULTURA-FAMILIAR-E-AGRONEGO%CC%81CIO-TERRITO%CC%81RIOS-EM-DISPUTA.pdf>. Acesso em: 6 fev. 2026.

- CORRÊA, C. C.; DORO, F. G. Origem e trajetória do PNLD. **Biblioteca Escolar em Revista**, v. 9, n. 1, 2023.
- DANTAS, J. C.; FELICIANO, C. A. Expansão capitalista e conflitos territoriais. **Revista Campo-Território**, v. 18, n. 49, p. 47–72, 2023.
- DENEZ, C. C.; FARJADO, S. Espaço sob a ótica da geografia agrária. **Geonordeste**, n. 2, p. 96-114, 2011.
- ENGELBRECHT, M. R. Agricultura familiar e agronegócio: territórios em disputa. In: CONGRESSO PARANAENSE DE ASSISTENTES SOCIAIS, **Anais**, 7., 2021.
- FELÍCIO, M. J. Gênese da geografia agrária no Brasil. **Revista Campo-Território**, v. 14, n. 33, 2019.
- FERNANDES, B. M. **Questão agrária, pesquisa e MST**. São Paulo: Cortez, 2001.
- FERNANDES, B. M. Movimentos socioterritoriais e movimentos socioespaciais. **Revista NERA**, n. 6, p. 24-34, 2005.
- FERNANDES, B. M. **O novo nome é agribusiness**. Disponível em: <http://www4.fct.unesp.br/nera/publicacoes/Onomeeagribusiness.pdf>. Acesso em: 20 jan. 2026.
- FERNANDES, B. M. Questão agrária. In: BUAINAIN, A. M. (org.). **Luta pela terra, reforma agrária e gestão de conflitos no Brasil**. Campinas: Unicamp, 2008.
- FERNANDES, B. M.; WELCH, C. A.; GONÇALVES, E. C. **Os usos da terra no Brasil**. São Paulo: Cultura Acadêmica; UNESCO; UNESP, 2014.
- FONSECA, W. N.; BARREIRA, C. C. M. A.; OLIVEIRA, A. F. As categorias território e poder. **Revista Sapiência**, v. 9, n. 2, p. 128-148, 2020.
- FREIRE, P. **Educação e mudança**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.
- FURTADO, B. R. **O livro didático no ensino**. 2025. Trabalho de Conclusão de Curso – UFRN, 2025.
- HARVEY, D. **A produção capitalista do espaço**. São Paulo: Annablume, 2001.
- KAERCHER, N. A. A geografia é nosso dia-a-dia. **Boletim Gaúcho de Geografia**, p. 109-116, 1996.
- LIMA, P. C. de. O novo rural na região imediata de Patos – PB. 2023. Dissertação (Mestrado de Geografia) – UFRN, 2023.
- MANDEL, E. **O capitalismo**. 2010. Disponível em: <https://www.marxists.org>. Acesso em: 20 dez. 2025.
- MUNAKATA, K. Livro didático como indício da cultura escolar. **Revista História da Educação**, v. 20, n. 50, p. 119-138, 2016.
- NETTO, M. M. A agricultura familiar e sua organização. **Acta Geográfica**, n. 4, p. 17-30, 2008.
- OLIVEIRA, A. U. **A agricultura camponesa no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2001.
- OLIVEIRA JUNIOR, J. da S. Um panorama sobre a trajetória da geografia. **Caminhos de Geografia**, v. 21, n. 74, p. 178–193, 2020.
- PEROVANO, A. P.; AMARAL, R. B. Livro didático como recurso pedagógico. **Revista Binacional Brasil Argentina**, v. 12, n. 2, p. 12-32, 2023.

POR UM ENSINO DE GEOGRAFIA QUE LEVE O ALUNO A PENSAR GEOGRAFICAMENTE. Lana Calvalcanti. Canal Academia geografica goiana.Youtube, 13 abr. 2021. 1 video (1h 59 min) Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=rLlqzXpM5cg&t=3411s> . Acesso em: 2 jan. 2026

RÊGO da Rocha, G. O.; ABREU, E. A. Abordagens de ensino de geografia. **Revista Ciência Geográfica**, v. 29, n. 1, 2025.

SANTOS, R. da S.; THEIS, I. M. A luta do campesinato. In: ENANPEGE, 2021.

SEVERO, M. O conceito de camponês no Brasil. **Sociedade e Estado**, v. 39, n. 1, 2024.

SOMBRA, D.; QUARESMA, M.; CASTRO, C. Concepções de geografia no livro didático: estudo de caso da Coleção Perspectiva (6º–9º ANOS). **Okara: geografia em debate**, João Pessoa, v. 9, n. 1, p. 144-168, 2015.

SOUZA, S. E. O uso de recursos didáticos no ensino escolar. In: ENCONTRO DE PESQUISA EM EDUCAÇÃO, 2007. **Anais**.

TAVARES, F. **O ensino de geografia agrária na escola pública**. 2016. Disponível em: <https://conexoesperiferias.iea.usp.br>. Acesso em: 10 mar. 2026.

TINOCO, S. T. J. **Conceituação de agricultura familiar**. 2008. Disponível em: <http://www.infobibos.com>. Acesso em: 1 mar. 2026.

VESENTINI, J. W. Geografia crítica e ensino. In: OLIVEIRA, A. U. *et al.* (Org.). **Para onde vai o ensino de geografia?** São Paulo: Contexto, 2018.

VESENTINI, J. W. **Para uma geografia crítica na escola**. São Paulo: Editora do Autor, 2008.

VIEIRA, N. R. O conhecimento geográfico e o espaço agrário. **Revista NERA**, n. 4, p. 29–41, 2004. Disponível em: <https://revista.fct.unesp.br/index.php/nera/article/view/1478>. Acesso em: 10 mar. 2026

VYGOTSKY, L. S. **A formação social da mente**. São Paulo: Martins Fontes, 1991.

WOOD, E. M. As origens agrárias do capitalismo. **Crítica Marxista**, n. 10, p. 11-29, 2000.

ANEXO A- Questionário



UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ
 CAMPUS UNIVERSITÁRIO DE ANANINDEUA
 CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM ENSINO DE GEOGRAFIA

Questionário de avaliação da proposta de um livreto: o que tem existe além da cerca?

Prezado(a) Professor (a),

Sua experiência e conhecimento são fundamentais para a avaliação pedagógica desse material didático.

Esse livreto foi elaborado com o intuito de instigar a curiosidade do leitor a respeito do espaço agrário, nele nós objetivamos apresentar o que é o espaço agrário e o que esse espaço produz.

Tendo em vista esse objetivo, considere que a produção desse material não se destina ao uso exclusivo em sala de aula, mas sim, a todos que queiram entender o espaço agrário por meio de uma abordagem geográfica. Seja ela em ambiente formal de ensino ou não.

Agradecemos imensamente sua colaboração!

Obs.: Desde já, pedimos que desconsiderem eventuais erros de pontuação, pois grande parte do conteúdo foi elaborado via *smartphone*, o que dificultou a revisão e a digitação do material.

Intrusões: por favor, classifique cada afirmação em uma escala de 5 pontos, onde:

1. Discordo totalmente
2. Discordo parcialmente
3. Indiferente
4. Concordo parcialmente
5. Concordo totalmente

I. Conteúdo e rigor científico (foco na geografia)

1º) O material aborda os conceitos-chave do espaço agrário com precisão teórica

1	2	3	4	5
---	---	---	---	---

2º) O material apresenta uma visão atualizada e multifacetada das questões agrárias

1	2	3	4	5
---	---	---	---	---

3º) As discussões resumidas apresentadas ao fim dos tópicos são relevantes e auxiliam na compreensão do tema

1	2	3	4	5
---	---	---	---	---

4º) A linguagem do material é adequada para o nível de profundidade teórica da discussão

1	2	3	4	5
---	---	---	---	---

6º) O material possui uma linguagem muito coloquial para ser utilizada como material de apoio ao ensino de geografia

1	2	3	4	5
---	---	---	---	---

7º) O material tem uma linguagem compreensível para uma pessoa que não tem o costume de ler

1	2	3	4	5
---	---	---	---	---

Comentário: você achou o conteúdo equilibrado? Quais temas específicos poderiam ser aprofundados?

II. Estrutura e apresentação

8º) A sequência e a progressão dos tópicos são lógicas e facilitam a construção do conhecimento sobre o tema?

1	2	3	4	5
---	---	---	---	---

9º) Os títulos dos tópicos condizem com a discussão desenvolvida neles?

1	2	3	4	5
---	---	---	---	---

10º) A forma de escrita é funcional e contribui para uma leitura mais acessível?

1	2	3	4	5
---	---	---	---	---

11º) O livreto é adequado para ser usado como um material complementar?

1	2	3	4	5
---	---	---	---	---

12º) O material politiza demais a discussão?

1	2	3	4	5
---	---	---	---	---

Comentário: dê sugestões para a melhoria da organização ou do formato do livreto

III. Relevância e aplicabilidade

13º) O material contribui para o desenvolvimento do pensamento crítico do aluno sobre a realidade do campo?

1	2	3	4	5
---	---	---	---	---

14º) O livreto pode ser facilmente articulado no currículo da geografia escolar

1	2	3	4	5
---	---	---	---	---

15º) As discussões apresentadas incentivam a interdisciplinaridade

1	2	3	4	5
---	---	---	---	---

16º) O livreto te potencial para ser usado como um recurso motivados para fomentar debates em sala de aula

1	2	3	4	5
---	---	---	---	---

Comentário: Após ter contato com esse material, você consideraria apresentá-lo para pessoas a partir de qual faixa etária? Ou em qual serie/ano seria utilizá-lo como recurso didático?

V. relevância para a realidade e ação social **(Para os representantes dos movimentos)**

17º) O material é útil como ferramenta de formação e conscientização sobre a questão agrária

1	2	3	4	5
---	---	---	---	---

18º) O material aborda de maneira adequada as questões de conflito agrário, reforma agrária e os objetivos do movimento

1	2	3	4	5
---	---	---	---	---

19º) o material apresenta de forma justa a causa do movimento social

1	2	3	4	5
---	---	---	---	---

20º) o material é um completo desserviço à luta popular e a conscientização da questão agrária

1	2	3	4	5
---	---	---	---	---

Comentário final

ANEXO B- Livreto

O que existe além da cerca?

Entendendo o que é espaço agrário e o que ele produz

Thiago José Barros Paiva



















O que existe além da cerca?

Entendendo o que é o espaço agrário e o que ele
produz

Thiago José Barros Paiva

Sumário

 Apresentação	5
 Ser humano, o <i>hacker</i> da natureza	9
 A maior invenção da humanidade	12
 O que existe além da cerca?	13
 A diferença entre o urbano e o agrário.	14
 O que rola no espaço agrário?	16
 Qual é o propósito do espaço agrário?	20
 Quem trabalha e quem fica rico?	22
 Quem planta dinheiro e quem planta comida?	24
 Quem manda no espaço agrário?	29
 O que é a questão agrária?	35
 Essa questão tem solução?	36
 Conclusão	40
 Glossário	43
 Crédito das imagens	54
 Referências	55

Apresentação

Olá, esse material que você tem em mãos não é um simples livreto ou um texto descartável, é na verdade um convite reflexivo que escrevi pensando no espaço agrário.

A ideia desse material é te provocar, te deixar curioso e até indignado, pois minha proposta é te levar a pensar o espaço agrário de forma crítica, ou seja, pode esquecer daquela descrição de um espaço verde cheio de boi, vaquinhas e cavalos correndo e pastando em um espaço aberto. Pois o que vou tentar te mostrar aqui é o campo para além dessa paisagem romântica que está presente em novelas e comerciais.

A quem se destina

Já adianto que este livreto não possui uma linguagem rebuscada, trata-se de uma produção composta por um texto bem coloquial, visando uma leitura recreativa, leve e acessível.

Então pode ficar tranquilo, o conteúdo do livreto apesar de ser crítico está longe de ser uma leitura complicada. Pois, nossa proposta com ele é te apresentar uma leitura convidativa, uma breve reflexão sobre o espaço agrário a partir de uma perspectiva crítica carregada de uma linguagem diferenciada.

Portanto, nós dedicamos este material a todos que possuem o mínimo de curiosidade a respeito do espaço agrário. Então, se você estiver na escola, na universidade ou mesmo se você for professor, talvez esse material tenha alguma utilidade, na construção do conhecimento sobre o espaço agrário, ou no uso deste livreto como uma ferramenta didática,

A estrutura do livreto

A produção desse livreto, não tem como objetivo levar o leitor a um aprofundamento excessivo do assunto tratado, por esse motivo optamos por estruturar o material em tópicos, objetivando uma leitura que expõe a discussão de uma forma leve e rápida.

Estruturamos a produção textural do material em um formato de roteiro, buscando tratar o assunto de uma forma mais concisa.

Assim, a estrutura de cada tópico compreende: uma apresentação concisa, um desenvolvimento sem muita profundidade sobre o assunto e, por fim, uma síntese de tudo que foi abordado no tópico.

E, por último, foi produzido um pequeno glossário remissivo a fim de esclarecer alguns termos utilizados ao longo do material.

O porquê desse livreto

Você já parou para pensar de onde vem a comida que é vendida nas feiras e nos supermercados?

Pois então, quando menor, eu me perguntava sobre isso e percebia que os adultos não se importavam com a origem daquilo que eles comiam. Para eles, o que importava era o preço.

E às vezes, quando eu perguntava a meus pais, a resposta era sempre a mesma, "a comida vem lá do interior, de alguma fazenda", e lógico, eu não me contentava com aquela resposta, eu queria saber mais.

Com o passar do tempo, fui observando pela TV como os comerciais e as novelas mostravam o campo e, assim, eu cresci acreditando naquilo que era mostrado.

Eu acreditava que o campo era resumido às grandes fazendas, muitas máquinas, gente com muito dinheiro e um estilo de vida calmo e tranquilo.

No entanto, com o passar do tempo, eu comecei a ser bombardeado de informações negativas sobre o campo.

Comecei a ver que os jornais noticiarem conflitos no campo, pessoas invadindo terras, pistoleiros, grilagem e um monte de coisa que eu não fazia ideias do que eram.

E, no meio disso tudo, houve um acontecimento que me marcou, eu presenciei um tipo de protesto em uma praça ao voltar da escola.

Nessa manifestação, havia um grupo de pessoas com bandeiras, roupas vermelhas, lonas pretas e algumas faixas estendidas, com algumas delas exigindo justiça e reforma agrária.

Naquela cena toda, o que mais havia me impressionado foram as cruzes fincadas no chão. Aqueles manifestantes, durante o protesto, conseguiram transformar a praça em um cemitério.

E eu só fui entender o motivo daquela cena ao chegar a minha casa, quando vi os jornais noticiarem que fazia alguns anos que havia ocorrido um massacre, que ceifou a vida de muitas pessoas que entraram em conflito com a polícia, ao exigir seus direitos.

E desde esse dia, a minha curiosidade só aumentou, e o que havia começado em uma tentativa de entender a origem dos alimentos passou a ser o que é o campo.

Assim, pouco a pouco, fui acrescentando novos questionamentos a respeito do campo que, depois, que comecei a me interessar por geografia, passei a chama-lo de espaço agrário.

Entre os meus questionamentos, eu buscava entender o que esse espaço representava, qual o motivo de ter tanto conflito nele e o que era o tal do Movimento dos Trabalhadores sem Terra (MST).

A partir desses questionamentos, fui estudando para sanar minha curiosidade, e; assim, respostas e novas dúvidas foram surgindo.

E aí chegamos a este livreto, no qual eu busquei reuni algumas coisas que fui aprendendo ao longo do tempo sobre o espaço agrário.

Espero que você curta!

Ser humano, o hacker da natureza



Enquanto os pinguins ficam juntinho para não passarem frio e o tatu precisa cavar para se esconder do sol e não sofrer com o calor, nós estamos fazendo o quê?

Estamos ali, inventando coisas para não ter que lidar com as condições da natureza, usando ar-condicionado ou uma roupa quentinha... Mas por quê?

Porque a natureza é implacável, nela ou você se adapta ou vai de arrasta para cima. Os seres vivos não têm o que fazer, é viver ou morrer.

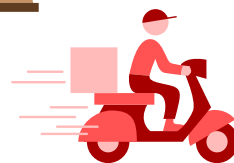
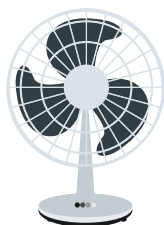
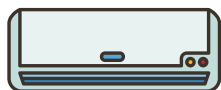
Os animais não podem instalar um ventilador para refrescar, não podem pedir um lanchinho no aplicativo e também não podem sair pela floresta construindo residenciais. A única forma de sobreviver é evoluindo.

Mas a evolução é um processo lento, ao longo dos anos os animais foram se adaptando às condições da natureza, desenvolvendo camadas de gordura, pelagem mais densa, olhos que enxergam à longa distância e mais um monte de coisas para conseguir sobreviver.

Mas e a gente?

Bem! Nós somos o bicho mais agoniado de todos, não aguentamos esperar a evolução, então criamos um atalho.

Ao invés de evoluir, como fazem os nossos colegas seres vivos, nós inventamos coisas para driblar as imposições da natureza..



Agora, quando fica frio, nós ligamos o aquecedor, se fica calor, ligamos o ar-condicionado, e se ficamos com fome, pedimos uma pizza.

Mas, se por acaso a comida acabar, aí desenvolvemos um jeito de produzir mais, e se sobrar vendemos, mas se sobrar muito, aí, infelizmente, vamos jogar fora para o preço não cair.

Ou seja, podemos dizer que conseguimos virar o jogo.

Afinal de contas, antes era a natureza que ditava as regras, influenciando nas características e no modo de viver dos seres vivos. Agora, é a natureza que é transformada, mudando de acordo com a necessidade dos seres humanos.

Hoje, derrubamos florestas, desviamos rios, transformamos montanhas em crateras e ainda conseguimos fazer com que os outros seres vivos trabalhem para nós.

Para perceber isso, basta olhar ao seu redor, você vai ver que será difícil encontrar algo que não seja obra do ser humano ou consequência das nossas ações.

E se você olhar para os seres vivos que trabalham para nós, vai perceber que eles estão virando máquinas.

As vacas, por exemplo, não param de produzir leite, as galinhas não param de botar ovos, e as plantas, agora, são super plantas, dão fruto o ano inteiro e são super resistente, isto é, elas toleram tudo... menos fogo.

E tudo isso é resultado das nossas ações, nós transformamos os espaços e a vida ao nosso redor para ter uma vida mais fácil.

E toda essa vida mansa que temos, nós devemos atribuir à maior invenção da humanidade. A invenção que transformou o mundo para o que ele é hoje, a agricultura.



A maior invenção da humanidade

Hã? Mas e o fogo? A agricultura nem é tão importante assim.... Bem, será mesmo?

Para você entender a importância da agricultura, pense que antes dela o ser humano era nômade, ele precisava sair para ir atrás de alimentos, através da caça e da coleta.

Mas depois que ela começou a ser praticada, o ser humano pôde se estabelecer em comunidades fixas, construir cidades, desenvolver ciência e até a tecnologia.

Então, quando você se perguntar, onde foi que tudo começou? Quando foi que o ser humano começou a "dominar" a natureza? Basta lembrar-se da agricultura.

O desenvolvimento dessa atividade, além de permitir a produção de alimento, também foi a semente do processo de desenvolvimento de muitas civilizações.

Sem a agricultura, o mundo seria completamente diferente do que é hoje, cheio de cidades, construções e carros, mas, também não teria essa quantidade de guerra rolando por aí, desigualdade em tudo que é canto e uma galera passando fome.

A realidade é que a agricultura é fundamental para o funcionamento de nossa sociedade, e por conta disso nós deveríamos olhar para essa atividade com mais atenção. Mas para isso, nós devemos primeiro entender onde essa atividade é praticada, o espaço agrário.

O que existe além da cerca?

Se você acha que o espaço agrário é só soja, boi e o lar dos cantores sertanejos, achou errado, camarada!

O espaço agrário é bem mais que isso. Vamos entender o que rola nesse lugar.

Mas, primeiro, o que é o espaço agrário?

É um espaço que o ser humano construiu para desenvolver as atividades agrícolas. Ou seja, é um espaço desenvolvido para o cultivo de vegetais e a criação de animais.

Mas não pense que ele é só um lugar onde o boi pasta e a soja cresce!

Porque esse espaço também é marcado por uma infinidade de relações sociais, modelos produtivos e um monte de treta.

Nele, o agronegócio prospera, os pequenos produtores resistem, a população tradicional é invisibilizada e também é onde rolam as ocupações dos movimentos sociais.

Além disso, esse espaço é extremamente tecnológico, cheio de máquinas, drones e câmeras. Uma característica bem diferente daquele cenário estereotipado do campo atrasado.

Em outras palavras: o espaço agrário é uma doideira, lá acontece de tudo e mais um pouco. Desde atividades agrícolas e extrativistas, até conflitos políticos e troca de tiro.

E às vezes até lembra um *reality* que ocorre em uma fazenda, cheio de treta, gente querendo eliminar a outra, tecnologia em tudo que é canto e, lógico, tudo isso em um cenário rural bonito.

A diferença entre o urbano e o agrário



Assim como o espaço agrário, o espaço urbano também é uma construção humana, mas você sabe o motivo desses espaços serem tão diferentes?

Para ser bem direto, a resposta para essa questão está em um negócio chamado divisão social do trabalho.

Que é basicamente uma divisão que concentra as atividades industriais e de serviços no espaço urbano, enquanto que no espaço agrário se concentram as atividades voltadas para a produção agrícola.

Essa divisão pode até parecer coisa da natureza, mas não se engane, pois por mais que a natureza tenha bastante influência no desenvolvimento dessas atividades, essa divisão só é um reflexo dos interesses do **capital**.

Ou seja, podemos dizer que esses dois espaços só são tão diferentes por conta dos interesses políticos e econômicos.

E sabe o porquê disso?

Quando o ser humano busca desenvolver uma atividade em um local, precisa adaptar o ambiente para o desenvolvimento dessa atividade.

Essa adaptação transforma o espaço geográfico, atribuindo a ele características que possibilitam o exercício dessas atividades. E o resultado dessa transformação se reflete na paisagem que observamos.

É por esse motivo que quando imaginamos o espaço urbano pensamos em uma paisagem cheia de prédios, carros e pessoas para todo lado.

Enquanto que, no espaço agrário, o que vem em nossa cabeça é uma paisagem com fazendas, plantações e criação de animais.

E se você parar para analisar, vai perceber que essas paisagens só são assim por conta das atividades que rolam nesses espaços.

O espaço agrário por exemplo só tem aquela paisagem característica, porque as atividades do setor primário necessitam daquelas condições. É preciso ter uma grande extensão de terra, acesso aos recursos naturais e uma infraestrutura que possibilite a distribuição de sua produção.

Já o espaço urbano, que a serviço do mercado atua tanto no setor secundário quanto no terciário, precisa ser eficiente. E, para alcançar isso, investimos em infraestrutura para suportar a massa trabalhadora e os fluxos de pessoas, mercadorias e informações.

O que rola no espaço agrário?

Quando imaginamos o espaço agrário, nós nos lembramos logo da produção de alimentos. Afinal de contas, a primeira coisa que vem em nossa cabeça é a produção de carne, frutas e verduras.

Mas, além disso, o que mais acontece nesse lugar?

Nele rola de tudo, não pense que ele é um hortifrúti ou açougue, que só produz vegetais e carne.

Porque, além de produzir alimento, esse espaço também é uma área de disputa, onde se desenrolam diferentes formas de produção e a apropriação do espaço, o que influencia em quase tudo que o rola nesse lugar.

E isso tudo resulta em diferentes formas de se usar esse espaço, o que atribui a ele diversas funções, entre elas: as funções produtiva, econômica, social e ambiental.



Função produtiva

A função mais óbvia de todas, responsável por produzir a comida que abastece nossa geladeira e que alimenta um monte de animais que, mais tarde, também vão virar comida.

Além de abastecer nossas geladeiras, ela também abastece a indústria com o fornecimento de matéria-prima.

Sem o fornecimento da matéria prima, a indústria não poderia produzir.

Seria o mesmo que tentar fazer um bolo e não ter nenhum ingrediente.

Sem o setor primário, o secundário não funcionaria!

Função econômica

De maneira geral, a produção agrícola tem dois destinos, o consumo ou a comercialização.

A comercialização da produção agrícola é muito rentável, dela inúmeras famílias tiram seu sustento, e outras enriquecem.

Nessa dinâmica, existe gente que lucra com a produção e com a improdutividade, mas também gente que só ganha o suficiente para sobreviver

De maneira geral, quando pensamos nessa função, lembramos logo do agronegócio, o chamado motor da economia, que através da exportação de **commodities** agrícolas acaba por fortalecer a nossa economia, gerando empregos dentro e fora do espaço agrário.

Função social

O espaço agrário não é só um local de trabalho, ele também é o lar e o meio de sustento dos trabalhadores rurais.

Nele, diversas famílias, comunidades e povos tradicionais vivem e produzem de forma autônoma, buscando garantir sua soberania alimentar, fortalecendo suas práticas e reforçando sua identidade.

E se você acha que o espaço agrário é só um vazio verde, repense isso, pois esse espaço possui gente vivendo em tudo que é canto, em chácaras, sítios, fazendas, vilas, assentamentos, aldeias etc.

Função ambiental

Por mais que alguns políticos e empresários queiram passar a boiada, procurando brechas na legislação ambiental, essa função ainda existe.

Eu sei que pode parecer estranho pensar nessa função, pois associamos o espaço agrário ao desmatamento, mas a verdade é que esse espaço abriga ecossistemas, áreas de preservação e recursos naturais que são essenciais para o desenvolvimento das atividades agrícolas.

E é por conta da presença desses recursos, que são fundamentais para o desenvolvimento das atividades agrícolas e para economia, que boa parte da floresta ainda está de pé.

Em outras palavras, essa função ainda funciona porque existe uma lei no código florestal, que obriga os proprietários a preservarem uma porcentagem de mata preservada em seu terreno

Mas, no geral, boa parte das pessoas não está preocupada com o meio ambiente, elas só estão preocupadas com a presença dos recursos naturais que são essenciais para desenvolvimento econômico.

Resumindo

O espaço agrário é tipo um **trabalhador assalariado**, que tem suas funções, mas que acaba acumulando um monte de outras funções:

- fornece carne, frutas e legumes para as feiras e supermercados, que vão vender para a gente.
- fornece couro, fibras, grãos, vegetais, lã e óleo para a indústria, que vai produzir cintos, roupa, remédios e combustível.
- Abriga uma galera e dá emprego.
- E, de quebra, ainda tenta proteger a natureza.

Então, se você toma um café da manhã reforçado, se você curte sair com uma roupa maneira ou se você se desloca em algum automóvel que usa **biocombustível**, agradeça ao espaço agrário.

É de lá que vem um monte de coisas que usamos no nosso cotidiano e não fazemos ideia de onde vieram.

Qual é o propósito do espaço agrário?

Após conhecer um pouco das funções do espaço agrário, você pode até achar que a função primária desse lugar é produzir comida para a população, mas as coisas não são bem assim.

A principal função desse espaço não é produzir comida, mas, gerar riqueza.

Para você entender isso, basta se perguntar, o brasileiro tem o costume de comer soja?

Não! Então por que o Brasil produz isso em larga escala?

Porque dá dinheiro, simples assim!

O mercado internacional quer soja e vários países, como a China, precisam desse *commoditie* para continuar produzindo. O Brasil que, não é bobo, percebeu essa oportunidade de ganhar dinheiro e começou a produzir.

E como nós vivemos em um mundo capitalista, os produtores e o governo acham mais vantajoso e lucrativo atender às demandas desse mercado externo, ao invés de produzir algo que a população local consome.

E esse posicionamento, do governo e dos grandes produtores, reflete no preço dos alimentos.

A economia melhora, mas a segurança alimentar da população fica em risco, pois o preço dos alimentos também aumenta.

E nós, que estamos perdidos nessa história, culpamos a natureza, as pragas e o clima, às vezes, é só uma questão de prioridade.

E a prioridade dos produtores é o lucro, já a do governo deveria ser equilibrar o desenvolvimento econômico e o bem-estar da população

Enquanto for mais lucrativo produzir *commodities* para o exterior do que comida para a população local, o produtor não vai pensar duas vezes.

Já o governo não vai largar sua mão, a final de contas, quanto mais dinheiro entra no país, mais tributo ele arrecada.

Por esse motivo, eu lhes dou esse conselho: "aprenda a gosta de soja", porque a tendência é que esse cenário piore.

O mundo vai continuar precisando de soja, e o Brasil vai continuar a atender essa demanda e, como resultado disso, teremos a perda de espaço da cultura de alimentos para a produção de *commoditie* agrícola

E isso resultará em um aumento no PIB, mas custará a segurança alimentar da população.



Quem trabalha e quem fica rico?

Você sabia que na nossa sociedade, normalmente, quem coloca a mão na massa, realizando o trabalho pesado é quem menos lucra com esse esforço todo?

Pois é, no campo isso não é diferente.

As pessoas que mais lucram com o trabalho no campo não são as pessoas que plantam, colhem, ou distribuem a produção, mas quem possui os **meios de produção**.

A comida que consumimos é o resultado final de um processo bem característico do nosso sistema econômico : a produção de valor.

E sabe como esse valor é produzido?

Esse valor é produzido a partir do trabalho das pessoas. Um processo meio complicado de entender, mas eu vou tentar explicar de uma forma bem direta.

Na nossa sociedade, existem dois tipos de pessoas, as que possuem os meios de produção e as que não possuem.

A posse do meio de produção é fundamental para gerar riqueza, mas são poucas as pessoas que possuem esse recurso.

O trabalhador rural, por exemplo, não tem, e para ele conseguir dinheiro para sobreviver, vai precisar vender a única coisa que possui, a sua força de trabalho, que será trocada por um salário que ajudará no sustento de sua família.

Ao vender sua força de trabalho, o trabalhador se torna assalariado e passa a ter um emprego, no qual ele aplica sua força de trabalho, plantando, colhendo e lidando com os animais. Assim, realizando a produção do valor.

No entanto, esse valor produzido é muito maior que o salário que ele recebe. E você sabe qual o destino desse valor excedente?

O bolso do patrão! Esse é o lucro dele, é aí que está o segredo da riqueza.

Esse valor excedente que o patrão se apropria do trabalho é o que os estudiosos chamam de mais valor.

E esse o mais valor pode ser obtido de diferentes formas, podendo ser por meio dessa relação de trabalho, mas também através das relações de mercado.

Por exemplo:

Quando um camponês produz em família, não existe a relação de trabalho assalariado, assim, não se tem a retirada do valor excedente produzido.

No entanto, quando ele se insere no mercado para vender sua produção, ele se submete ao mercado que extrai do seu seu produto e de seu trabalho o mais valor produzido, que nessa situação chamarei de **valor de preferência**.

Resumindo

O capital gerado no espaço agrário vem de fato da venda da produção agrícola mas, o segredo da riqueza está na mais-valia extraída dos trabalhadores rurais.

Enquanto os patrões estão lucrando milhões através dessa prática, os trabalhadores rurais estão recebendo só o suficiente para sobreviver.

Quem planta dinheiro e quem planta comida?

Agora que já sabemos que o espaço agrário tem como objetivo primário a produção de valor através da venda de *commodities* agrícolas e da extração do mais valor do trabalhador rural.

Fica a dúvida, quem produz a comida que consumimos diariamente?

Será que a comida vem daquelas fazendas que aparecem no comercial do "agro é pop" ? Ou será que ela vem de outro lugar?

A resposta para isso é "depende", depende do tipo de comida que estamos falando, porque o alimento pode ser produzido de diferentes formas e ser apresentado de diversas maneiras.

Ela pode ser produzida com o uso de diferentes técnicas de cultivo, diferentes níveis de investimento financeiro, diferentes tipos de mão de obra e em diferentes escalas.

Sem falar dos diferentes sistemas de produção que podem variar entre: **agricultura de jardinagem**, **intensiva**, **extensiva**, **orgânica**, **agrofloresta** e **plantation**.

Bom... como deu para perceber, existem várias formas de produzir comida, mas vamos nos atentar a discutir dois modelos de organização socioeconômica: a agricultura familiar e o agronegócio.

Agronegócio x agricultura familiar

Essas duas formas de organização socioeconômica são bem diferentes, divergem em quase tudo, mas ambas produzem comida.

Vamos evidenciar essas diferenças para entendermos melhor.

O agronegócio

- Tem como objetivo primário a produção do lucro;
- Na maioria das vezes seu objetivo é abastecer o mercado externo com *commodities* (soja, miho, trigo e cana de açúcar);
- É um sistema que recebe muito investimento financeiro. E por meio desse capital se investe em tecnologia, pesquisa e marketing;
- Uso de mão de obra assalariada.
- Tem como base produtiva uma grande propriedade e o uso da **monocultura**.

A agricultura familiar

- Tem como objetivo primário, o sustento da família;
- Sua prioridade é gerar alimentos para a subsistência (primeiro se garante a soberania alimentar e depois se vende o excedente);
- O investimento é o tempo de trabalho empregado no cultivo. Não há capital de investimento para se obter lucro;
- Usa de mão de obra familiar;
- Tem como base produtiva a pequena e a média propriedade, e nela se faz uso da **policultura**.

A partir desses pontos, podemos deduzir que:

1º-O **agronegócio** produz os *commodities* e a comida como um produto meio para gerar valor, que é o seu objetivo. Enquanto que a **agricultura familiar** produz para sua própria subsistência, embora também comercializem a parte excedente de sua produção;



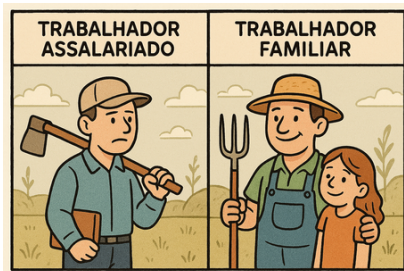
2º-Como o objetivo do **agronegócio** é produzir lucro, a sua produção é voltada para o exterior e para as indústrias, que vão agregar valor naquele produto, possibilitando um lucro maior. Por outro lado, a **agricultura familiar**, busca garantir a sua soberania alimentar, vendendo seu excedente para a população local e para o mercado interno, não obtendo um lucro astronômico, mas garantido a comida no prato de uma galera;



3° -Como a ideia do **agronegócio** é obter lucro, nele se busca maximizar a produção com uso de **sementes transgênicas**, **agrotóxicos**, fertilizantes, tecnologia de ponta e muitas máquinas. Por outro lado, a **agricultura família**, que não tem como objetivo primário o lucro, não possui esse capital para aplicar na maximização da sua produção;



4° -Lembra da ideia do mais valor? Pois então, o **agronegócio** paga ao trabalhador um salário e se apropria do mais valor produzido pelos trabalhadores, gerando lucro ao patrão. Já na **agricultura família**, essa relação de exploração do trabalhador rural não existe, porque não existe um patrão. Mas ainda assim ele é refém dessa exploração, só que agora ela não é feita pelo patrão, e sim pelo capital comercial;



5°-O **agronegócio** na busca por atender o mercado internacional, produz um único produto, em larga escala, em um pedaço de terra enorme. A ideia é "quanto maior a produtividade maior será o lucro". No caso da **agricultura família**, a terra é limitada, mas nela se produz de tudo, afinal de contas a família se sustenta e se alimenta daquela produção. Não se planta aquilo que o mercado quer, planta-se o que se consome.



Resumindo

Tanto a agricultura familiar quanto o agronegócio produzem comida.

A diferença desses duas formas de organização está na sua forma de tratar a produção.

Para o agronegócio, a sua produção é só um meio de obter lucro. Nele, investe-se muito e se busca o lucro com o mínimo de risco.

Já a agricultura familiar, não possui capital para investir em sua produção, porque o objetivo principal desse tipo de organização não é o lucro, mas a subsistência.

Em outras palavras a gente podemos dizer que o agronegócio planta semente esperando colher dinheiro, enquanto que a agricultura familiar planta semente esperando colher comida.

Quem manda no espaço agrário?

A parte complicada de entender o espaço agrário está no fato de que todo mundo tem algum interesse nesse lugar, e o que não faltam são narrativas que buscam legitimar o controle e a influência de determinados grupos sobre esse espaço.

Para você ter noção, o espaço agrário é tipo um tabuleiro de WAR, só que em vez de tanques e territórios, se tem tratores e propriedades de terras, que também não deixam de ser um território.



Nesse jogo, quem joga disputa o controle da terra.

Alguns jogadores têm como objetivo conquistar mais terra, expandido seu poder nesse espaço, enquanto que outros, apenas resistem a essa expansão.

E para entendermos esse jogo, precisamos conhecer o que está em disputa, o que são os territórios disputados.

Os territórios disputados

No espaço agrário, o que está em disputa é a terra, mais especificamente a **propriedade** de terra.

Nesse jogo, a terra não é só chão, é a representação de várias coisas, podendo ser um meio de produção, uma identidade e até um símbolo de poder.

E por ter diferentes representações, os sujeitos que lidam com a terra acabam possuindo visões completamente diferentes sobre esse recurso natural.

Para algumas pessoas, a terra é só um sinônimo de chão, que nem tem importância.

Para outras pessoas, a terra é tão importante que faz parte da sua identidade, e não, não estamos falando de um documento ou algo do tipo, mas do espaço vivido, um espaço que carrega a história e a subjetividade de um povo.

Também existem pessoas que olham para a terra apenas como um meio de produção. Nessa visão, a terra é uma fonte de dinheiro, que pode ser usada para a agricultura, que se pode explorar minérios e que ainda se pode obter dinheiro através de sua renda.

E essas diferentes perspectivas se desdobram em conflitos de interesses, quanto ao uso e à posse desse recurso.

É daí que surge o jogo de disputas por terra, enquanto alguns querem monopolizar a terra para enriquecer, outros querem que a terra seja distribuída para que todos possam produzir e sobreviver.

Mas espera aí! A terra não é um recurso natural essencial para a vida? Como pode ela ser controlada e disputada por um grupo de pessoas?

Isso é verdade, a terra é um recurso natural essencial para a vida, assim como a água. Mas ela tem algumas características que a tornam passível de ser propriedade de alguém, por exemplo:

Ela é imóvel, ou seja a terra não vai sair do lugar. Essa condição permite que alguém a registre no seu nome, tipo um endereço residencial que pertence a alguém.

E isso permite que alguém cerque e impeça o acesso de outras pessoas àquela propriedade. Porque depois que uma pessoa ganha a posse da terra, ela passa a ter o direito sobre aquela propriedade, podendo expulsar e impedir o acesso de outras pessoas.

Além dessa característica que permite a posse desse recurso, a terra também possui uma outra característica bem peculiar, a capacidade de produzir riqueza através do uso do solo, que a torna um meio de produção.

Na lógica do capital, quem possui o meio de produção é o **capitalista**, que, por sua vez, não quer que outra pessoa também tenha a posse desse instrumento, pois o monopólio desse recurso permite que ele sempre tenha uma massa de trabalhadores a seu dispor, os quais ele pode se apropriar do mais valor gerado por eles.

Com a terra é a mesma coisa, o **latifundiário** não quer que todo mundo tenha terra, pois isso dificulta a contratação de empregados, ou seja, isso diminuiria a sua capacidade de explorar o trabalhador e extrair o mais valor produzido.

Para o latifundiário, permitir que muitas pessoas tenham acesso a terra, significa que a fonte de riqueza, mais valor, vai secar, e para evitar isso, se concentra a terra.

A concentração de terra

Sabe quando é ano novo e o seu tio esfomeado chega na festa da família com a mulher dele junto de seu primo, e simplesmente resolvem encher o bucho antes de toda a família e acabam comendo quase tudo, deixando só um pouquinho para o restante da família?

Pois então, a concentração de terra é tipo isso.

Um pequeno grupo de pessoas se apossa de um monte de terra, e o que sobra é dividido entre o restante do pessoal que ficou sem.

Em outras palavras, a concentração de terra é a distribuição desigual da terra.

Ao invés de a terra ser distribuída para diversas famílias de agricultores, que produziram e se sustentariam do seu trabalho. Pega-se um monte de terra e a divide para um pequeno grupo de pessoas.

E como resultado disso, fazendas gigantescas que pertencem a uma única família, e do outro lado milhares de famílias sem nada.

E qual o problema disso?

Os problemas são variados, mas só vamos listar alguns.

- Desigualdade: quem não tem terra, não tem como produzir e nem se sustentar, o que gera fome e pobreza;
- Êxodo rural: quando a vida no campo já não é mais sustentável, o que resta é tentar sobreviver no espaço urbano. Como consequência desse fenômeno temos a **macrocefalia urbana**, que resulta em diversos problemas urbanos, como o a **favelização**, o aumento do desemprego e a desigualdade socioespacial.

- **Propriedade improdutiva:** por está concentrada na mão de poucas pessoas, a terra acaba virando uma **reserva de valor** ou um objeto de **especulação**.

É mais ou menos assim, quem é dono de terra improdutiva não produz por motivos de infertilidade do solo, mas porque é mais rentável deixá-la parada.. Afinal de contas, não há custo deixá-la desse jeito, ela só fica parada valorizando. A ideia aqui é comprar a terra ou invadi-la, deixá-la parada para depois vendê-la por um preço mais alto.

- **Conflitos por terra:** resulta da luta das pessoas que buscam o acesso a terra ou que estão resistindo à pressão das pessoas que querem concentrar ainda mais.

Nesse cenário conflituoso, o que mais marca é a pressão que os movimentos sociais fazem ao governo, ocupando terras improdutivas, exigindo o cumprimento da lei.

- **Invasão de terra:** você pode até achar que é coisa dos movimentos sociais, de gente que não tem terra. Mas na verdade a invasão é uma prática de quem já possui terra e quer mais. Essa galera que invade, não consegue enxergar a função social da terra, para eles a única função da terra é gerar lucro a partir da produção ou de sua venda e não há necessidade de existir reserva indígena nem terra público destinada à preservação ambiental.

A postura desses sujeitos resulta em inúmeros problemas sociais e ambientais. Por conta de suas ações, os povos tradicionais são expulsos de suas terras e o desmatamento transformando a floresta em pasto.

Mas quem manda?

Deveria ser o governo não é? Afinal de contas, todas essas propriedades estão em seu território.

Então, as coisas não são bem assim!

Agronegócio tem um poder absurdo, e, em alguns lugares, possui um poder maior que o do estado.

E isso acontece por que o agro é um dos pilares da economia brasileira, e por estar nessa posição, ele consegue influenciar nas decisões políticas.

E se você lembrar que a prioridade do espaço agrário é o lucro, você vai entender o motivo do estado favorecer o agronegócio, pois é ele quem traz o lucro.

Então, nós podemos dizer que quem manda no espaço agrário é o capital, mais especificamente o capital internacional, que cria as demandas que o latifundiário e o estado buscam atender.

Já os pequenos produtores, indígenas, quilombolas, ribeirinhos, seringueiros e os movimentos sociais são a resistência a essa lógica que o capital impõe sobre a terra.



O que é a questão agrária?

Quando a gente se interessa pelo espaço agrário e tentamos entendê-lo, estudamos geografia, história, sociologia, economia e mais um monte de coisas, e em quase todas elas nos deparamos com o termo **questão agrária**.

O que é isso?

A questão agrária é um conjunto de vários problemas, causados pela forma em que a terra é distribuída.

Ela possui como problema central a concentração de terras, que tem como consequência direta um monte de problema, os quais já falamos anteriormente.

Esse conjunto de problema resulta em um conflito de interesses quanto ao uso da terra e a sua produção, envolvendo o latifundiário, o agricultor familiar e os povos tradicionais.

E o governo, que deveria intermediar esse conflito, promovendo a justiça social, é ineficaz e, às vezes, até conivente.

Como o latifundiário tem muito poder, ele consegue influenciar as decisões políticas a seu favor. Afinal de contas, até político que luta por seu interesse ele existe.

Em outras palavras:

A questão agrária é a luta do povo do campo contra a violência que o nosso sistema econômico impõe, **grilando terras**, explorando os recursos naturais, explorando os trabalhadores e impedindo as pessoas de possuírem um lugar para viver e tirar o seu sustento.

Essa questão tem solução?

Por mais que ela não seja uma questão de log ou derivada, você pode ter certeza de que essa questão é bem complexa. Nela, não há fórmulas e nem propriedades matemáticas para encontrar a solução.

No entanto, existe gente disposta a tentar resolver esse problema. Entre os dispostos a isso estão os movimentos sociais.

E, sobre esses movimentos, vamos abordar brevemente dois movimentos que lutam por essa causa. O Movimento Sem Terra e a Liga dos Camponeses Pobres.

O primeiro grupo é **Movimento dos Trabalhadores Sem Terra, (MST)** que luta pela reforma agrária, justiça social e pela democratização do acesso à terra.

E não, eles não são um grupo de criminosos que quer roubar a terra dos outros.

Eles são os representantes das famílias dos camponeses que são vítima dessa concentração de terra, que não possuem moradia e que são impossibilitados de trabalhar. Pois, para eles, a terra é sua moradia e seu meio de trabalho.

Para ficar mais evidente, esse movimento defende:

- A **reforma agrária**: distribuição das terras improdutivas para as famílias sem terra e a democratização do acesso a terra;
- Promoção de métodos alternativos ao agronegócio, por exemplo a **agroecologia**;
- A **agricultura familiar**, que produz alimento para o mercado interno;
- A **soberania alimentar e territorial**, respeitando a cultura e as formas de produção de cada povo.

E para você que pensa que o MST é do mal

Não pense assim, o que acontece é que aprendemos a rotular os movimentos sociais como uma baderna ou como ato criminoso.

Durante muito tempo, os setores mais conservadores e a mídia tradicional criaram um rótulo que fez com que a nossa percepção do MST fosse totalmente deturpada.

Quase todo mundo que não tentou entender a causa deles, ainda acredita que eles são um grupo de pessoas que querem terra, mas não querem trabalhar por ela. Pensam que só é um movimento que quer invadir e roubar a terra dos outros.

Mas o que eles fazem é ocupar as terras improdutivas que não estão cumprindo a sua função social, que é previsto por lei na nossa constituição.

Esse ato é a forma que o movimento encontrou para pressionar e reivindicar seus direitos diante da omissão do estado em realizar a reforma agrária.

E se você ainda odeia esse movimento e quer acabar com ele, vou contar um segredo:

Basta que você lute pela reforma agrária.

Assim que o estado cumprir o seu papel constitucional, garantido terra, dignidade e justiça social para a população do campo, o pessoal do MST vai parar de reivindicar essas coisas.

Não adiantar criminalizar o movimento, fazer isso seria o mesmo que criminalizar a luta por direitos.

Coloque-se no lugar deles, já imaginou se do nada começam a negar os seus direitos? E aí, como fica? Você ficaria de boa ou lutaria por ele?

E o que é essa Liga dos Camponeses Pobres?

É um outro movimento social, um que não aparece tanto na mídia e nem nos livros didáticos, por, talvez, ser mais radical que o MST.

Ele é um movimento que surge da frustração dos camponeses com a lentidão e ineficácia do estado na busca de solucionar a questão agrária.

E o que eles querem?

A **revolução agrária**, que é a ruptura com sistema capitalista de propriedade de terra.

O que eles almejam é o fim do latifúndio e a construção de uma estrutura agrária baseada na coletivização, autogestão e no poder popular.

Por que eles não lutam pela reforma agrária?

Para eles a reforma agrária que o estado aplica é uma medida paliativa, tipo um tapa-buraco, que não é feito para solucionar o problema, mas para atenuar os conflitos no campo.

O que acaba favorecendo e perpetuando o domínio do grande latifúndio e do mercado financeiro sobre as terras.

O que diferencia esse movimento do MST?

- **objetivo da ocupação:** para o MST a ocupação é uma forma de pressionar o governo a promover a reforma agrária. Para a LCP, a retomada de terra é um ato revolucionário, que quando realizado já se inicia a organização do movimento para a produção agrícola e defesa da terra;

- **Relação com o Estado:** Enquanto que o MST busca dialogar e negociar com o estado a implementação da reforma agrária, a LCP busca romper com esse modelo político e econômico, afinal de contas, é uma revolução;
- **A defesa:** O MST, por ser um movimento social que se apoia nos aparatos legais, não faz uso da força e utiliza de sua visibilidade para minimizar a repressão sofrida sofre com a ação dos pistoleiro do latifúndio e das forças armadas. Já a LCP é outra história, por ser um movimento que busca a retomada de uma terra, o conflito e a repressão fazem parte do processo revolucionário e, para sustentar suas ações, ele precisam se defender.



Resumindo:

Como o problema central da questão agrária é a concentração de terra, existem dois grupos buscando uma solução.

Um grupo acredita que a resolução desse problema é a distribuição das terras improdutivas para as pessoas que não possuem terra.

O outro grupo acredita que a única solução é acabar com o latifúndio e entregar as terras para o poder popular.

No entanto, também existem pessoas que vão dizer que esse problema só existe porque há gente que quer terra mas não quer trabalhar para comprar e fica invadindo dos outros.

Conclusão

Nessa livreto de divulgação nós vimos que espaço agrário é uma construção humana dedicada ao desenvolvimento da maior invenção da humanidade, a agricultura.

Surgiu como uma atividade de subsistência que facilitou a nossa vida como espécie, possibilitando produzir comida e conseqüentemente viver de forma fixa em um local.

A partir do desenvolvimento da agricultura, as civilizações foram se desenvolvendo e inventando novas formas de produzir.

E a partir dela surgiu a ciência, a tecnologia e o comércio, que, juntos, transformam o mundo para o que ele é hoje.

No entanto, é importante ser ressaltado que, com o decorrer desse processo de desenvolvimento, a agricultura foi deixando de ser vista apenas como uma atividade de subsistência, passando a ter uma importância econômica cada vez mais forte.

Para você ter noção, desde antes do capitalismo, a nossa relação a terra e a agricultura já tinha algumas semelhanças com a relação que temos hoje.

Lá no **sistema feudal**, por exemplo, a agricultura já a era uma atividade geradora de riqueza. Os nobres, dono das terras, não trabalhavam, mas exploravam a mão de obra dos camponeses.

Naquele modelo socioeconômico, a posse da terra não significava lucro, mas uma forma de manter a ordem social, controlando a sociedade. Em outras palavras, a posse da terra significava poder.

Hoje nós vivemos o capitalismo, que apesar de ainda existir alguns **nobres** por aí, quem manda mesmo são os **capitalistas**. Mas, mesmo assim, ainda encontramos alguns resquícios do período feudal.

E é lógico que a gente não vamos andar por aí e encontrar uma ruína ou algo do tipo, mas vamos perceber essas heranças nas relações sociais.

Por exemplo, o monopólio da terra, algumas relações de trabalho que se parecem com a **corveia** e a **servidão medieval**, assim como a presença de alguns contratos agrícolas bem parecidos com a **talha**.

Em pleno capitalismo, existe um negócio chamado **democracia**.

Esse negócio, apesar de ser chamado assim, não é tão democrático assim.

Porque, nesse sistema socioeconômico que vivemos, a democracia é uma forma de dominação de classe, que usa da concessão de direitos para sustentar a sua ordem.

E isso acaba gerando alguns conflitos e uma disputa entre duas principais classes, as que possuem os meios de produção, que lutam para preservar seus privilégios; e as que não possuem lutam por direitos.

E essa batalha é disputada no mundo inteiro, em todos os lugares, nas mais variadas esferas.

No espaço agrário isso se materializa com a questão agrária. Um conjunto de problemas que se perpetua e que se depender da vontade dos latifundiários, nunca vai ser solucionado.

Afinal de contas, a terra é um meio de produção, e ter um meio de produção é um privilégio a ser preservado.

Assim, a tendência é que esse problema continue aí, até que algum político atenda ao clamor do povo e tenha pulso para resistir ao jogo político que será feito para manter os privilégios de uma classe poderosa.

Pois, como nós já vimos, quem tem terra, tem o poder de influenciar as decisões políticas. E se esse poder político não resolver, o poder de fogo vai.

Afinal de contas, esse cenário é, de fato, um jogo de dominação e resistência, no qual se domina a política, a mídia, a terra e os trabalhadores. Quem decidir confrontar essa realidade deve ser resiliente para resistir à tamanha pressão.

Glossário

Agricultura de jardinagem

Não é uma técnica voltada para o cultivo de flores ou suculentas em vasos no quintal.

Essa jardinagem é um sistema agrícola intensivo, voltado para a maximização produtiva em um espaço reduzido.

O foco produtivo dessa técnica é a subsistência e o abastecimento do mercado local.

Agricultura extensiva

Como o nome já diz, é um sistema de produção que faz uso de uma larga extensão de terra.

Nesse sistema, o cuidado e o investimento não são intensos, pois parte do trabalho fica por conta da natureza, que faz o seu trabalho e poupa o bolso do produtor em insumos agrícolas.

Agricultura intensiva

Basicamente, o oposto da extensiva.

Nesse sistema usa-se uma quantidade menor de terra, no entanto é necessário investir na produção.

Aqui se busca vencer as condições da natureza com investimento na produção, com uso de insumos agrícolas e tecnologia.

Agricultura orgânica

Um sistema produtivo que não faz uso de insumos químicos ou sintéticos na produção.

Ou seja, aqui não se usam agrotóxicos, fertilizantes químicos e nem sementes transgênicas.

Nesse modelo, não se agride a natureza em busca da maximização produtiva, mas se adota uma postura que tente entender os processos naturais para conseguir reproduzi-los no cultivo.

Na agricultura orgânica, a comida é limpa, mas recomendo limpar antes de comer.

Agrofloresta

Um sistema agrícola que busca reproduzir o que a natureza sempre fez.

Nesse sistema as plantas estão "misturadas" e não organizadas e separadas de uma forma lógica, como as gôndolas de um mercado.

Essa organização natural favorece o desenvolvimento dos seres vivos, das plantas e dos animais que se desenvolvem e suprem a necessidade um dos outros sem ser preciso utilizar insumos agrícolas para controlar pragas.

Agrotóxico

É basicamente um veneno, igual àquele que usamos para matar carapanã e barata. Só que esse aqui é espirrado encima de um negócio que vai virar comida...E aí, vai encarar?

Bicombustível

Diferente do carvão mineral e do petróleo, que se formaram há milhões de anos, a partir da decomposição de microorganismos e vegetais, o biocombustível é formado por matéria orgânica recente.

Esse combustível não é extraído da natureza por meio da mineração, é produzido a partir do cultivo da cana, da extração de óleos vegetais, da gordura e até do lixo.

Vem de uma fonte de energia mais limpa, a qual o CO₂ liberado no seu uso é equivalente ao CO₂ absorvido pela planta em seu cultivo. É diferente do petróleo e do carvão, que liberam um CO₂ que já estava guardado, e não participava do ciclo do carbono.

No entanto, por ser preciso cultivá-lo, sua produção concorre por espaço com a produção de comida, resultando no encarecimento dos alimentos

Capital

Nem sempre capital e dinheiro são a mesma coisa, mas se o contexto estiver relacionado ao lucro, pode ser a mesma coisa, sim!

Quando você sai para comprar alguma coisa que quer consumir, o dinheiro usado é só um meio de troca. Mas se você compra algo com a intenção de revendê-lo por um preço mais alto, objetivando o lucro, aí sim, o dinheiro se torna capital.

Capitalismo

Um modelo socioeconômico organizado para a geração de lucro.

Nele, busca-se a geração e o acúmulo de riqueza, por meio do monopólio dos meios de produção e da exploração dos que não possuem os meios de produção.

Capitalista

O dono dos meios de produção.

O sujeito que compra a mão de obra dos trabalhadores e obtém os lucros advindos do trabalho assalariado, por meio da extração do mais valor e das trocas comerciais.

No espaço agrário, ele é:

- O latifundiário;
- As empresas que vendem os insumos agrícolas;
- As indústrias que compram em larga escala e processam a produção para a venda;
- Os bancos e os fundos de investimento, que fornecem crédito e financiamento para os produtores.

Commodity

A matéria prima que evoluiu de status, antes, tinha uma importância regional e local, agora, enquanto *commodity* é de importância global.

Quando matéria-prima, ela é apenas um produto necessário para a produção de algo. Mas, ao se tornar um *commodity*, além de ser um produto, passa a ser um ativo financeiro.

Corveia

Uma espécie de aluguel de terra que os servos pagavam, em forma de trabalho, ao senhor feudal.

Como os servos não possuíam terra, o senhor feudal permitia que eles produzissem em suas terras, desde que prestassem serviço para ele, produzindo ou realizando serviço em suas terras.

Democracia

Um sistema de governo, o qual o poder pertence ao povo.

Em teoria, nesse tipo de governo, quem decide é a maioria da população, ela pode ser exercida de diferentes formas, podendo ser representativa, direta ou participativa.

É um termo antigo e simples, que significa "governo do povo", mas que enfrenta algumas críticas em relação ao favorecimento do interesse de algumas classes sociais.

Algumas pessoas a chamam de ditadura, por atender apenas os interesses das classes dominantes.

Especulação

Quando fazemos um investimento em algo, esperando que ele valorize para depois vendê-lo por um valor maior, nós estamos especulando.

Um exemplo disso são os *trades*, que compram ações na bolsa ou criptomoeda, esperando que elas valorizem para obterem o lucro da sua venda.

Isto também com um imóvel, que com o tempo pode valorizar.

Favelização

Um processo resultante do crescimento urbano desordenado.

Isso acontece quando a população de uma cidade cresce rapidamente, e a cidade não consegue comportar aquele novo contingente populacional.

O que resulta em um processo, em que as pessoas constroem suas casas em áreas irregulares.

Grilagem

O ato de roubar terra.

Nessa ação, o sujeito (grileiro) ocupa a terra e faz dela um objeto especulativo.

Nela, o grileiro não exerce nenhuma atividade, o máximo que ele faz é limpar o terreno para ficar mais apresentável na venda.

Esse roubo de terra só recebe esse nome, porque sua prática é marcada por uma ação a qual se colocava um documento falso em um gaveta com grilo, que com o tempo deixa o papel com um aspecto antigo, dando um ar de legitimidade ao documento.

Latifúndio

É basicamente uma fazenda gigante. Uma propriedade de terra muita extensa que normalmente não é explorada.

Mas, quando explorada, seu cultivo normalmente se dá através da monocultura que tem como destino o mercado externo.

Latifundiário

O dono do latifúndio, o sujeito que monopoliza a terra.

Esse sujeito pode ser representado por uma pessoa, uma família ou uma empresa.

E se você for procurar por ele na fazenda, certamente não irá encontrá-lo, porque, normalmente o latifundiário administra sua terra a distância, no conforto de um condomínio fechado em um grande centro urbano.

Macrocefalia urbana

É o crescimento demográfico urbano desordenado.

Nesse processo, a cidade se torna um imã de pessoas, que resulta em um inchaço populacional.

Meio de produção

É tudo que possibilita produzir algo.

O meio de produção pode ser uma ferramenta (o meio que transforma e produz), tipo um trator, uma colheitadeira, uma máquina ou uma fábrica.

Mas também pode ser o ingrediente necessário para a produção (o objeto que é transformado e estimulado a produzir), por exemplo: a terra .

Nobres

Uma classe social privilegiada, que, hierarquicamente, só estava abaixo do rei e da família real.

No período medieval, o título de nobre era definido pela posse de terra, pelo poder militar e pela lealdade ao rei.

PIB

O Produto Interno Bruto é um indicador econômico que mede o desenvolvimento econômico de um determinado local.

Esse dado permite a análise do crescimento econômico, a comparação com do desenvolvimento de uma localidade com outra. E também permite que se analise o desenvolvimento de diferentes setores da economia, possibilitando compará-los.

Propriedade

É a posse de um bem de uso pessoal, tipo o seu celular, o seu carro e a sua casa. É um bem que tem como função atender às suas necessidades diretas, servindo de moradia, um meio de transporte, seu meio de lazer e mais um monte de coisas.

Como um todo, a propriedade pode ser classificada como:

- **Pública:** pertencendo ao Estado, pode ser destinada ao uso coletivo ou à prestação de serviços públicos;
- **Coletiva:** pertencendo a um grupo de pessoas, e não a um indivíduo ou ao Estado, pode está em posse de uma cooperativa ou de uma comunidade tradicional;
- **Privada:** pertencendo a uma única pessoa ou empresa, que a usa como bem entender, podendo compartilhar ou impedir o uso ou acesso;

Reserva de valor

É um ativo financeiro que consegue manter seu poder de comprar. Ou seja, não desvaloriza com o tempo.

Ter posse de uma reserva de valor é ter um estratégia de proteção patrimonial que preserva o seu poder financeiro em um ativo.

Semente transgênica

É uma semente mutante. Uma semente que foi transformada geneticamente em laboratório para se tornar uma ferramenta de otimização da produção agrícola.

No laboratório, os cientistas realizaram modificações no DNA da planta, inserido genes de outros seres vivos.

Resultaram em organismos geneticamente modificados, que tiveram seu DNA moldado pelo ser humano para resistir a pragas, doenças, pesticidas, herbicidas e problemas ambientais, ou seja, uma planta indestrutível que produz mais que uma planta natural.

Servidão medieval

Um regime de trabalho e organização social baseado em uma relação de dependência e exploração.

Nessa relação, o camponês não é um escravo, ele não é uma propriedade, ele é um sujeito que está preso a terra.

A sua liberdade era muito restrita, ele se colocava nesse situação para conseguir ter acesso a terra e à proteção.

Sistema feudal

Foi uma estrutura política-social que se baseava nas relações de dependência dos camponeses por proteção e terra em troca de prestação de serviços ao senhor feudal.

Talha

Uma espécie de tributo que o servo pagava ao senhor feudal em troca do acesso a terra e à proteção.

Esse pagamento não era realizado em dinheiro ou ouro, mas por meio da entrega de parte da colheita ao senhoril

Território

Um espaço geográfico delimitado por relações de poder, onde um sujeito ou uma sociedade exerce seu domínio e controle.

Esse domínio pode ser político, social, econômico ou cultural, e o território onde é exercido tal poder pode ser delimitado por fronteiras, que podem ser físicas ou não

Trabalho assalariado

É uma relação de trabalho na qual um indivíduo vende sua força de trabalho a um empregador em troca de um salário acordado.

Valor

É a cristalização do trabalho humano agregado a um produto ou serviço. Esse valor, quando se manifesta no mercado, toma a forma de Valor de Troca (o preço pelo qual é vendido), enquanto sua utilidade é o Valor de Uso (consumo).

Valor de preferência

É o resultado da submissão do pequeno produtor a uma necessidade imposta pela estrutura capitalista. O que leva o pequeno produtor a se submeter à desvalorização do seu trabalho em troca de renda.

No nosso sistema o trabalhador é livre, pode escolher quem irá explorar sua mão de obra, ou quem vai desvalorizar sua produção para poder lucrar em cima.

E aí que está a preferência, ela não é do trabalhador mas sim do empresário que vai revender desse esse produto.

Ele desvaloriza o produto e o trabalho empregados na sua produção, para depois revender esse mesmo produto por um preço muito alto, obtendo um lucro exorbitante.

Crédito das imagens

Página 38 - autor: Antônio Carlos Garcia - Crédito: ESTADÃO CONTEÚDO.

Página 38 - autor desconhecido - Crédito: A Nova Democracia (AND).

Todas as demais imagens e ilustrações foram produzidas por meio de inteligência artificial. Como ferramenta, utilizamos:

MICROSOFT. Microsoft Copilot

OpenAI. ChatGPT (modelo GPT-5.2)

GOOGLE. Gemini.

Referência

ANDERSON, Perry. Passagens da antiguidade ao feudalismo. 2 ed. São Paulo: Ed. Brasiliense, 1989.

CASTRO, Iná Elias de; GOMES, Paulo Cesar da Costa/ CORRÊA, Roberto Lobato (Orgs.) Geografia: conceitos e temas. 2. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2000. ISBN 85-286-0545-0.

FELICIANO, Carlos Alberto. O movimento camponês rebelde e a geografia da reforma agrária. 2003. Dissertação (Mestrado) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2003.

FERREIRA, Gustavo Henrique Cepolini (Org.). Geografia agrária [recurso eletrônico]. Ponta Grossa: Atena Editora, 2019.

LINHARES, Maria Yedda. Terra prometida: uma história da questão agrária no Brasil. 1. ed. São Paulo: Expressão popular, 2021. 275 p. ISBN 978-65-5891-011-4.

MORISSAWA, Mitsue. A história da luta pela terra e o MST. São Paulo: Expressão Popular, 2001. 256 p., il. ISBN 85-87394-25-8.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. A geografia das lutas no campo. 6. ed. São Paulo: Contexto, 1994. . ISBN 85-85134-13-5.

PARO, Vitor. O capital para educadores: aprender e ensinar com gosto a teoria científica do valor. 1. ed. São Paulo: Expressão popular, 2022. 256 p. ISBN 978-65-5891-871-8.

SILVA, David Pimentel. Liga dos camponeses pobres (LCP) e a luta pela terra: contribuição ao movimento camponês no Brasil. Orientador: Prof. Dr Marco Antônio Mitidiero Jr. 2014. 172 f. Dissertação (Mestrado) - UFS, São Cristovão, 2014.

STEDILE, João Pedro (Org.). A questão agrária no Brasil: o debate na esquerda – 1960-1980. 2. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2012. 320 p.

